

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

CHYARA SALES PEREIRA

**MODERNIDADE, RACIONALIZAÇÃO E NATUREZA – DAS BRECHAS ABERTAS PELO PROTOCOLO
DE QUIOTO ÀS SOLUÇÕES DE MERCADO**

**BELO HORIZONTE
2005**

CHYARA SALES PEREIRA

**MODERNIDADE, RACIONALIZAÇÃO E NATUREZA – DAS BRECHAS ABERTAS PELO PROTOCOLO
DE QUIOTO ÀS SOLUÇÕES DE MERCADO**

Dissertação apresentada como requisito
Parcial para obtenção do título de **Mestre
em Sociologia** junto ao curso de Pós -
Graduação em Sociologia e Antropologia
da UFMG

Área de Concentração: Sociedade
e Meio Ambiente

Orientadora: Andréa Zhouri

Belo Horizonte

Faculdade de Ciências Humanas da UFMG

2005

Chyara Sales Pereira

Dedico esse trabalho aos meus pais,
ao meu irmão Igor, ao Onofre, aos meus avós
e a todos que ainda possuem a capacidade de indignar-se.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, em alguma medida, compartilharam do meu crescimento, de minha reclusão, de minha ansiedade e de minha tristeza quando me custava uma semana para escrever o final de uma frase e iniciar outra.

À paciência, dedicação e ensinamentos da orientadora Prof^a. Andréa Zhouri. Principalmente, pela liberdade de escolha do tema e da linha de condução de raciocínio.

Ao Prof.^o Onofre Santos pelo incondicional apoio, pelos intermináveis embates intelectuais, pelas prosas de bar, por, gentilmente, apresentar-me Max Weber, por sempre me ajudar a fugir das palavras de isopor e, por sempre, emprestar-me livros.

Ao Prof^o. Gilmar Rocha e à Prof^a. Sônia Nicolau pelo antes e durante.

Aos grandes amigos pela amizade, pelas longas conversas e pelo incentivo.

Ao livro produzido *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimentos e conflitos socioambientais* por apresentar-me por qual direção deveria seguir meu barco.

Ao aprendizado proporcionado pela monitoria com a Prof^a. Andréa Zhouri e com a Prof.^a Corine Davis.

“Aconselharam-me a tornar produtivo aqueles campos inúteis. Disseram-me que o cerrado deveria ser queimado, para no seu lugar fazer crescer uma mata de *pinus eliotis*. Explicaram-me que este *pinus* cresce muito rápido e que, em poucos anos, as árvores poderiam ser cortadas e transformadas em bom lucro. Andei por uma mata de *pinus eliotis*. Senti medo. Escura. O silêncio é total. Nenhum pio de pássaro. Eles não vão lá. Acho que também têm medo. O chão é coberto por uma compacta camada de folhas secas, tão compacta que ali cresce tiririca. E fiquei pensando nas tortas e rugosas árvores do cerrado, e na vida que nelas mora. Pensei no destino das guabirobeiras, das flores silvestres, das abelhas... E concluí que minha alma é um cerrado, mas não é uma mata de *pinus eliotis*. Aconselharam-me também, a queimar os campos para neles plantar feijão. “Feijão dá bom dinheiro”, argumentaram. (...) Fazer o que me aconselhavam era transformar uma grande e divina sinfonia na monotonia de um samba de uma nota só... “Não só de pão viverá o homem”, dizem os textos sagrados. Precisamos de beleza, precisamos de mistério, precisamos do místico sentimento de harmonia com a natureza de onde nascemos e para a qual voltaremos.

Enquanto depender de mim, os cerrados ficarão lá. Porque tenho medo de que se eles forem destruídos, a minha alma também o será. Ficarei como as florestas de *pinus*, úteis e mortas. Ficarei como as plantações rendosas, úteis e vazias de mistérios. E me perguntei se não é isto que o progresso está fazendo com nossas almas: transformando a beleza selvagem que mora em nós na monótona utilidade das monoculturas. Não é de admirar que, de mãos dadas com a riqueza, vá caminhando também a incurável tristeza”.

(ALVES, 1992, p. 52)

RESUMO

Weber discute em várias de suas obras que a Modernidade se caracteriza por seis processos: o desencanto e intelectualização do mundo; o surgimento de um *ethos* de realização secular impessoal; crescente importância do conhecimento técnico especializado em economia, administração e educação; objetificação e despersonalização do direito, da economia e da organização política do estado; progressivo desenvolvimento dos meios tecnicamente racionais de controle sobre o homem e a natureza; tendência ao deslocamento da orientação da ação tradicional para a puramente instrumental. Apesar das diferentes raízes históricas, esses processos estão ligados pelo fato de todos favorecerem mais a racionalidade *formal* do que a *substantiva*. Dessa forma, pretendemos: entender de que forma o processo de racionalização gerou um quadro de valor que estabeleceu novas bases para a relação homem *versus* natureza; b) avaliar de que maneira ações que pretendem a viabilização da proposta de *Desenvolvimento Sustentável* – o Protocolo de Quioto como estudo de caso – esbarram na inversão de prioridades que o mercado estabelece, por ser este, ainda, o único espaço interativo no qual os atores conseguem construir estruturas de entendimento por meio de significados partilhados entre eles.

ABSTRACT

Weber has outlined, in several works, that Modernity is characterized by six processes: the disenchantment and intellectualization of the world; the emergence of an *ethos* of impersonal and secular realization; the growing importance of technical knowledge, specialized in economy, administration and education; the objectification and depersonalization of right, economy and the political organization of the state; the progressive development of technically rational means to control man and nature; the tendency of dislocating the orientation from traditional to purely instrumental action. In spite of the different historical roots, these processes are connected by the fact that all of them favor the *formal* rather than the *substantive* rationally. In order to develop this study we have assumed the postulate which affirms that the comprehension of a phenomenon is found in the meaning that the individuals attribute to their actions. Besides, we intend to a) understand how this process of rationalization generated a framework of values which contributed to establish a new basis to the relation man *versus* nature; b) evaluate how actions which intend to make possible the execution of the proposal of Sustainable Development – taking the Kyoto Protocol as study case – confronts the inversion of priorities established by the market, being it the only interactive space in which the actors can construe frameworks of understanding by means of shared meanings.

SUMARIO

INTRODUÇÃO	
1. MODERNIDADE, RACIONALIZAÇÃO, NATUREZA	p.11
1.1 Introdução	p.18
1.2 A Compreensão weberiana da Modernidade – o entendimento da racionalização	p.21
1.2.1 O Desencantamento e a intelectualização do mundo	p.23
1.2.2 O surgimento de um <i>ethos</i> de realização secular impessoal	p.27
1.2.3 Revolução técnica e a industrialização	p.31
1.2.4 Da equação dos meios e dos fins	p.33
1.3 Do debate da idéia de natureza	p.36
2. DAS BRECHAS ABERTAS PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
2.1 Introdução	p.42
2.2 O Desenvolvimento como saída civilizatória da humanidade	p.42
2.3 O declínio do processo civilizatório do desenvolvimento	p.46
2.4 O movimento ambientalista - história intelectual e política	p.50
2.5 O Desenvolvimento Sustentável como alternativa ao desenvolvimento	p.57
2.6 O Desenvolvimento Sustentável: o consenso pelo mercado no embate entre as vozes dos países Sul e dos países do Norte	p.59
3. PROTOCOLO DE QUIOTO: O CONFLITO ENTRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MERCADO	
3.1 Introdução	p.68
3.2 Negociações que antecederam à assinatura do Protocolo de Quioto	p.69
3.2.1 A Terceira Conferência das Partes e a assinatura do Protocolo de Quioto	p.74
3.2.2 A Sexta Conferência das Partes e os entraves que sucederam à assinatura do Protocolo de Quioto	p.77
3.3 A participação do Brasil nas negociações do Protocolo de Quioto	p.83
4. DAS BRECHAS ABERTAS PELO PROTOCOLO DE QUIOTO E O MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO	
4.1 Introdução	p.86
4.2 O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL	p.87
4.3 O ciclo de atividade de projeto MDL	p.94
4.4 Fundo Protótipo de Carbono e os entraves da sustentabilidade	p.105
4.5 Da insustentabilidade dos indicadores de sustentabilidade	p.111
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.114
REFERÊNCIAS	p.119

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Quadro I – América Latina e Caribe: evolução do Produto Interno Bruto (PIB)
- Figura 2 - Quadro II – Posição dos países em relação ao Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima

(UNFCCC)

- Figura 3 - Quadro III – Setores e fontes de atividades
- Figura 4 - Quadro IV – Ciclo de atividades de Projeto MDL
- Figura 5 - Quadro V - Autoridades Nacionais Designadas (AND's)
- Figura 6 - Quadro VI – *Status* de aprovação dos projetos brasileiros apresentados ao Comitê Executivo do MDL
- Figura 7 - Quadro VII – Critérios para avaliação de Sustentabilidade dos Projetos MDL
- Figura 8 - Quadro VIII – Projetos do MDL Florestal financiados linha do Banco Mundial
- Figura 9 - Quadro IX – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável em diferentes níveis

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AOSIS -	Aliance of Small Islands States
AIJ -	Atividades Implementadas Conjuntamente
AND -	Autoridade Nacional Designada
BIOCF -	Biocarbon Fund
CEPAL -	Centro de Estudos para América Latina
CDCF -	Community Development Carbon Fund
COP -	Conferência das Partes
CERs -	Emission Reductio Equivalentes
FDL -	Fundo de Desenvolvimento Limpo

FPC -	Fundo Protótipo de Carbono
GEE -	Gases de Efeito Estufa
GEF -	Global Environment Facility
AGBM -	Grupo de trabalho <i>ad hoc</i> sobre o Mandato de Berlim
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
IPCC -	Intergovernmental Panel on Climate
ET -	International Emissions Trading
JI -	Joint Implementation
MDL -	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MBRE -	Mercado Brasileiro para Redução das Emissões
ONU -	Organização das Nações Unidas
OMM -	Organização Meteorológica Mundial
OCDE -	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG -	Organização Não Governamental
SBSTA -	Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico
SBI -	Órgão Subsidiário de Implementação
PIB -	Produto Interno Bruto
PNUMA -	Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
CQNUMC -	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima

INTRODUÇÃO

Até cursar a disciplina Sociedade e Meio Ambiente ministrada pela Prof^a. Andréa Zhouri no Mestrado em Sociologia e Antropologia não havia tido qualquer contato com o tema Meio Ambiente. Meus conhecimentos não ultrapassavam o senso comum.

Com o avançar dos estudos no Mestrado, descobri que toda ação passível de inteligibilidade é

dotada de sentido e, portanto, não pode ser qualificada como irracional. Além disso, estudar Meio Ambiente é compreender: as relações que o homem não só estabelece com a natureza como com as mais diversas esferas que constituem a sociedade. Nesse sentido, vários importantes conceitos me foram apresentados e que jamais serão esquecidos: *deep ecology*, espaço ambiental, pegadas ecológicas, externalidades que não são internalizadas, justiça ambiental, adequação ambiental, distribuição ecológica etc. Assim como vários autores: Dupuy, Zhouri, Pádua, Guattari, Leff, Ribeiro, Sachs, Keith Thomas, etc.

Uma maior consolidação dos conhecimentos adquiridos na disciplina foi alcançada na produção do trabalho final do curso intitulado *Sentidos e significados – propostas diferentes para uma cidade sustentável*. O objetivo do trabalho consistiu em analisar como concepções de instituições diferentes – Banco Mundial e Grupo de Peritos Urbanos sobre Meio Ambiente – refletem significados diferentes de desenvolvimento sustentável e, por isso, estipulam indicadores também diferentes para sua verificação, interferindo na própria formulação da idéia de sustentabilidade para o espaço urbano. A escolha dessas duas instituições não foi feita de forma aleatória, mas por apresentarem *sistemas ideacionais* diferentes na forma de perceber o conceito de *desenvolvimento sustentável* e a própria dimensão subjetiva que permeia a relação espaço urbano *versus* habitante.

Desse trabalho foi levantada a seguinte questão: se no campo ambiental há possibilidade de diferentes atribuições de significados à proposta de *Desenvolvimento Sustentável* em função do contexto social no qual está inserido o ator, como é possível em um acordo que objetive o *Desenvolvimento Sustentável* a possibilidade de emergência de um processo por meio do qual os agentes – sociedade civil, ONGs, Estado-Nação, organizações internacionais - possam se compreender reciprocamente acerca de determinados conjuntos de questões?

É interessante dizer que, ao longo dos estudos, uma grande lição foi aprendida com a Sociologia. O fato de nos possibilitar ouvir as vozes da vida cotidiana e com elas conversar; ouvir os detalhes,

todas as nuances, todas as inflexões, todas as modificações de tom, por menores que sejam, a fim de reconhecer e compreender a agência humana em atividade.

Essa compreensão é possível porque a ação social racional é dotada de significado e, por isso, é passível de inteligibilidade. Quando indivíduos constroem estruturas de entendimento por meio de significados compartilhados entre eles, conseguem estabelecer vínculos, construir expectativas e efetivar as ações pretendidas em espaços interativos. Assim, esses espaços interativos se constituem *locus* por meio dos quais padrões de compreensão abrem possibilidades para a geração de entendimento entre os agentes em interação. Há entendimento entre eles, quando há acordo *sobre o quê* cada um deles reivindica como interesse ou demanda específica e *em quê* pode haver compreensão acerca daquilo que está sendo reivindicado. Ou seja, quando há reconhecimento recíproco das mesmas propriedades atribuídas a uma expressão e/ou objeto fixado como parâmetro por uma linguagem qualquer.

No presente trabalho, temos como um dos objetivos avaliar de que maneira, se diversos estudos apontam para problemas decorrentes de um tipo de relação estabelecida com a natureza que a confere um *status* de mero instrumento de concretização do bem estar, tal denotação diz respeito à concepção de realidade do homem moderno.

Nesse sentido, no primeiro capítulo, recorreremos às interpretações que Max Weber tece a respeito da Modernidade para delinear quais são os traços que constituem o quadro de referência simbólico moderno no qual o indivíduo se referencia para atribuir sentido e significado para a realidade. Nesses termos, avaliaremos seis processos estabelecidos por Weber como constituintes da Modernidade e de que maneira conjugados favorecem mais a racionalidade *formal* do que a *substantiva*. Tendo isso em vista, em um segundo momento, pretendemos avaliar quais são as implicações disso: a) para o estabelecimento da relação homem *versus* natureza; b) na equação da

proposta de *Desenvolvimento Sustentável* que aparece como um campo de reconhecimento da “crise ambiental” em escala planetária e que pretende estabelecer *uma conciliação e consenso entre a crítica ambiental e a sociedade industrial* (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005, pp. 9,10).

Seguindo este raciocínio, o segundo capítulo será dividido em três momentos. No primeiro, por meio da história política e intelectual do movimento ambiental, construiremos o contexto de ascensão e queda da noção de *Desenvolvimento como saída civilizatória da humanidade*. No segundo, discutiremos o porque e de que maneira o *Desenvolvimento Sustentável* é: a) apresentado ao mundo como forma de *conciliação e consenso entre a crítica ambiental e sociedade industrial*; b) interpretado como um “sopro de vida ao desenvolvimento” (SACHS, 2000, 118) . No terceiro, avaliaremos de que maneira o favorecimento da racionalidade *formal* em detrimento da *substantiva*, ocasionado pelo processo de racionalização, acaba provocando uma inversão de prioridades da proposta de *Desenvolvimento Sustentável* em função dos interesses da sociedade industrial. Ou seja, se inicialmente a proposta de *Desenvolvimento Sustentável* se consagrou como uma possibilidade de *conciliação e consenso entre a crítica ambiental e a sociedade industrial*, acaba se tornando um meio de realização unilateral dos interesses da sociedade industrial, no qual o mercado exerce o papel de espaço interativo onde os atores conseguem construir estruturas de entendimento por meio de significados partilhados entre eles.

A forma de constituição desse espaço interativo estabelecido pelo mercado constitui o ponto central que pretendemos discutir nos capítulos terceiro e quarto, por meio do estudo de caso do Protocolo de Quioto. Para tanto, no terceiro capítulo apresentaremos o contexto e os diversos atores envolvidos nas negociações pré-assinatura e pós-assinatura do Protocolo de Quioto. E no quarto capítulo, analisaremos o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo como uma brecha aberta ao mercado pelo Protocolo de Quioto e as implicações decorrentes.

São dois os principais tratados que disciplinam as iniciativas de conter os efeitos do aquecimento global: a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) e o Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. A Convenção sobre a Mudança do Clima foi assinada por 175 países mais a União Europeia e entrou em vigor apenas em 21 de março de 1994. Já o Protocolo de Quioto foi assinado na Terceira Conferência das Partes realizada em Quioto, Japão, em 1997, onde 36 países se comprometeram a reduzir suas emissões em 5,2% em relação aos níveis de 1990 até 2012.

Em 2001, na Sétima Conferência das Partes, realizada em Marraqueche, foram criados mecanismos que flexibilizam o cumprimento das metas de redução de emissões de GEE, dentre eles o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Único que permite a participação de países subdesenvolvidos e cujo principal objetivo é a promoção do desenvolvimento sustentável local. Os projetos desenvolvidos no âmbito do MDL podem ser financiados pelo governo do país onde será implementado ou por agências de fomento como Fundo Protótipo de Carbono do Banco Mundial. A possibilidade de um ator não-governamental - como o Banco Mundial, que possui uma atuação voltada para o fomento de políticas públicas de caráter macro e que, não se preocupa com a sustentabilidade das ações implementadas - gerenciar projetos que visam a promoção do *Desenvolvimento Sustentável* nos chamou atenção e motivou a escolha pelo Protocolo de Quioto como estudo de caso.

Tal interesse foi aprofundado após leitura de um artigo em especial, dentre vários lidos para formulação do problema de pesquisa: *O Comércio de Carbono, as Plantações de Eucalipto e Sustentabilidade de Políticas Públicas: uma análise geográfica* (LASCHEFSKI, 2005). A discussão central do trabalho desenvolvido pelo autor reside em avaliar de forma crítica os critérios e discursos em relação ao desenvolvimento sustentável das ações desenvolvidas pelas empresas Plantar Florestal S. A. e V&M Florestal Ltda, a partir da documentação dos projetos apresentados

ao fundo de fomento do Banco Mundial Fundo Protótipo de Carbono, tendo em vista a sustentabilidade geográfica das ações.

Tal estudo nos chamou atenção para os seguintes pontos: 1) os impactos locais de um acordo celebrado no plano externo; 2) dissonância entre intenções que constam no Protocolo de Quioto e a operacionalização dessas intenções; 3) o papel do Banco Mundial, uma instituição cujos indicadores, tradicionalmente, dão bases para a formulação e implementação de políticas ambientais e não de sustentabilidade. Ou seja, a primeira *se concentra em limpar aspectos pontuais do sistema de produção e consumo, tornando o ambiente vivido menos degradado, enquanto a segunda supõe uma transformação das próprias estruturas e padrões que definem a produção e consumo, avaliando a sua capacidade integral de sustentação* (PÁDUA, 1999, p. 24).

Diante disso, o problema que identificamos é que se, inicialmente, o objetivo da adoção do Protocolo era, prioritariamente, a redução de sua emissão, por meio da implementação de uma série de medidas, os mecanismos de flexibilização conferem ao CO₂ – no “Mercado de Carbono” - o papel de meio para que a ação de redução das emissões de GEE se realize sem comprometer as economias dos países signatários do Protocolo.

A realização de um estudo detalhado do Protocolo de Quioto e documentos afins nos revelou como a inversão de prioridades que o mercado estabelece, apresenta-nos que o contexto de negociações do Protocolo de Quioto é marcado por paradoxos decorrentes do conflito entre duas racionalidades: uma orientada por valores – a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras, como a atmosfera –; outra orientada pela instrumentalidade – o uso dos recursos naturais como matéria-prima para a manutenção do modo de produção capitalista, como o próprio “Mercado de Carbono”.

No “Mercado de Carbono”, há a possibilidade do carbono se tornar um crédito certificado por meio do qual países em desenvolvimento (como Brasil, a China e a Índia) podem emitir para cada tonelada de Gases do Efeito Estufa que deixem de ser emitida ou que sejam retiradas da atmosfera. As Reduções Certificadas de Emissões (CERs), como são chamadas, podem ser comercializados com países industrializados (pertencentes ao Anexo 1 da conferência) que não conseguem ou não desejam reduzir as suas emissões internamente.

Estes compram o direito de poluir, investindo em países em desenvolvimento. Esses projetos podem ser de redução de emissões, como os de reflorestamento e florestamento (seqüestro de carbono) ou projetos que evitam as emissões, como os projetos de energia limpa.

Além do comércio mundial, iniciado com a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, existem diversos mercados de crédito de carbono regionais. Atualmente, um dos principais mercados é o europeu onde a tonelada do carbono reduzido é negociada em cerca de 15 euros. Até mesmo os EUA possuem uma bolsa de negociações especializadas em créditos de carbono, fundada em 2003 por grandes empresas americanas que não querem ficar fora deste mercado, a Bolsa do Clima de Chicago.

A análise do funcionamento desse mercado é que dá o tom da nossa discussão do capítulo 4 e que desperta nossa atenção na compreensão da metodologia de aprovação dos projetos nos âmbitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo que dá ensejo à configuração dessa nova forma de comércio.

CAPÍTULO I

MODERNIDADE, RACIONALIZAÇÃO, NATUREZA

1.1 INTRODUÇÃO

Indiscutivelmente, a modernidade é um dos temas que mais controvérsias gera, quando resolvemos analisar a civilização ocidental. Um processo que se iniciou em uma Europa que enfrentava conturbadas transformações políticas, sociais e econômicas e que, por perdurar até os dias atuais, nos inviabiliza delinear com precisão todos os contornos que lhe conferem forma¹.

Além disso, as várias matizes da cor desse processo faz com que sociólogos, cientistas políticos, filósofos, geógrafos, historiadores, psicólogos etc. o definam sob uma ótica diferente privilegiando tonalidades diferentes. Sabemos que se iluminarmos uma mesa cheia de objetos com luzes de diferentes cores, partindo de diversos focos, estaremos produzindo imagens distintas dos mesmos objetos. Nenhuma delas, entretanto, é desnecessária ou incorreta. Cada uma delas “põe a luz” ou

¹ Vale dizer que há estudiosos que conseguem “desenhar” a modernidade com tal clareza, que se sentem seguros em afirmar que esse processo já está sendo superado por um outro denominado pós-modernidade. O “pós” de pós-modernidade é ambíguo. Pode significar o que vem depois, o movimento para um novo estado de coisas, por mais difícil que seja caracterizar esse estado tão cedo assim. Ou pode ser mais parecido *com o post de post-mortem: exéquias realizadas sobre o corpo morto da modernidade; a pós-modernidade é esse estado de reflexão. Neste caso, não há uma percepção necessária de um novo começo, mas apenas um senso algo melancólico de fim.* (Kumar, 1997, p. 79). Mas essa perspectiva depende do tipo de variável que se leva em consideração na análise, como por exemplo, estrutura produtiva, arte, relações econômicas etc.

privilegia determinados aspectos. Nesse sentido, pretendemos traçar um quadro analítico para a compreensão da Modernidade, cujo ponto de partida é a interpretação de Weber desse processo. Dessa forma, qualquer aspecto que não for contemplado em nossas análises é em decorrência, justamente, da forma como “colocamos a luz” no objeto em questão.

Para Weber, o caráter distinto do modelo ocidental de racionalização, encarna-se num sistema de cultura intelectual e material (uma economia, uma política, um “modo de viver”, uma ciência, uma arte) que funciona como base para o desabrochar de uma nova organização social – a Modernidade. Para melhor entendimento dessa organização social que então se construía, Weber, em desacordo com a maneira positivista² de entender a sociedade – cuja característica primordial para o referido autor se constitui no entendimento *compreensivo* por parte do cientista acerca da realidade – propõe um novo caminho de descoberta. Este vai ser denominado de *sociologia compreensiva*, que por ser uma crítica aos procedimentos então adotados, constitui-se em uma nova proposta metodológica. Esta pressupõe um esforço interpretativo a partir do qual a *sociologia assume a tarefa de contribuir para a inteligibilidade das relações entre os homens ou, noutros termos, da interação social num dado contexto histórico* (SCHNAPPER, 2000, p. 14). Vale dizer que *não se trata de compreender as condutas dos homens de maneira intuitiva e simpática, mas de as tornar inteligíveis no âmbito de um projecto de conhecimento intelectual e racional* (ISAMBERT apud SCHNAPPER, 2000, p. 14).

Essa atitude de compreensão é que, segundo Weber, permite inscrever a compreensão das condutas dos indivíduos numa análise mais ampla e mais histórica da sociedade e, assim, o cientista consegue atribuir aos fatos esparsos um sentido social e histórico. Pois, *os sociólogos pretendem-se científicos e não normativos. Não se perguntam como deverá funcionar a sociedade, mas querem*

² Os pensadores do Iluminismo declararam que a mente e as sociedades humanas são tão racionais quanto as outras operações da natureza e tão sujeitas quanto estas à razão científica. A história das ciências sociais poderia ser escrita como um interminável debate em torno da verdade dessa conjectura (definições de racionalidade e de razão seria parte desse debate). O positivismo, como pertencente a esse debate, aplica a ampla filosofia de que a natureza é um sistema racional (no sentido de ordenado) de causas e efeitos, regido por leis que um método científico (Razão) pode descobrir no mundo social.

compreender como é que ela funciona de facto (SCHNAPPER, 2000, p. 22). Ou seja, não se preocupam com as leis que mantêm a ordem social, mas o porque que a existência de determinadas leis e não de outras, asseguram o convívio social. Isso é possível porque Weber (2002, p. 22) parte do grande pressuposto de que a ação do *indivíduo é dotada de significado e especificidade*, pois é ele quem confere sentido a sua ação social, ou seja, é ele quem estabelece a conexão entre o motivo da ação, a ação propriamente dita e seus efeitos. Isso se faz necessário em virtude da convicção weberiana de que a realidade é um fluxo interminável, inesgotável e infinito de eventos sem uma significação intrínseca e objetiva. Os homens, como seres dotados de vontade, buscam ordenar a realidade em que vivem conferindo significado aos acontecimentos do mundo e à própria ação.

Segundo Weber (2002, p. 22), é possível entender o significado da ação de um ator sem necessariamente sê-lo – *Não é preciso ser César para entender César* (WEBER, 2002, p22). Pois, são as idéias de valor, sob as quais os homens agem, que conferem sentido ao mundo e são elas que o cientista deve conhecer para descobrir o sentido subjetivo das ações.

É justamente a partir desse postulado - a compreensão de um fenômeno se encontra no significado que os indivíduos atribuem aos seus atos – que pretendemos entender de que forma o processo de racionalização gerou um quadro de idéias de valor que estabeleceu novas bases para a relação homem/natureza.

1.2 A COMPREENSÃO WEBERIANA DA MODERNIDADE – O ENTEDIMENTO DA RACIONALIZAÇÃO

É envolvido com a preocupação em desvendar e explicar, em perspectiva histórica mundial, o caráter distinto do modelo ocidental de racionalização, que Weber se debruça no novo cenário – a

Modernidade - que se construía a sua frente. Neste é o entendimento do processo de racionalização, que reflete diretamente no quadro de significados a partir do qual os indivíduos atribuem sentidos aos seus atos em que reside o eixo condutor de seu raciocínio.

Racionalização é um conceito fartamente ambíguo que engloba *todo um mundo de coisas diferentes* (WEBER, 1964, p. 55), que nos impossibilita de precisá-lo em uma definição geral. De todo modo, podemos identificar dois grupos de significados: as concepções *especial* e *geral* de racionalização (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996).

A concepção especial de racionalização se restringe ao domínio econômico e desenvolveu-se na Alemanha no final da década de 20 - momento de recuperação e reorganização econômicas -, constituindo-se como palavra de ordem. Era usada, principalmente, para caracterizar - e promover - o desenvolvimento de novas instâncias de coordenação, integração, padronização e planejamento inter-firmas, por um lado, e a sistemática exploração institucionalizada de pesquisa, conhecimentos, técnicas, métodos e atitudes científicos na produção, administração, distribuição e finanças, por outro (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996).

A concepção geral de racionalização tem um quadro de referências mais amplo que deve quase toda elaboração aos estudos de Weber. Em seus estudos demonstra como as forças de racionalização - ciência e tecnologia, mercados e burocracia, disciplina e autodisciplina - podem ser entendidas como algo que existe em todas as esferas da vida: a cultura, a sexualidade e a própria personalidade, tanto quanto a produção, a guerra, o direito e a administração.

No modelo desenvolvido por Weber, podemos identificar seis processos sociais e culturais fundamentais e largamente ramificados. Apesar das diferentes raízes históricas, esses processos

estão ligados pelo fato de todos eles favorecerem mais a racionalidade *formal* do que a *substantiva*, quais sejam:

1. O desencanto e a intelectualização do mundo e a resultante tendência a ver o mundo como um mecanismo causal sujeito, em princípio, ao controle racional;
2. O surgimento de um *ethos* de realização secular impessoal, historicamente alicerçado na ética puritana da vocação;
3. A crescente importância do conhecimento técnico especializado em economia, administração e educação;
4. A objetificação e despersonalização do direito, da economia e da organização política do estado, e o conseqüente recrudescimento da regularidade e da calculabilidade da ação nesses domínios;
5. O progressivo desenvolvimento dos meios tecnicamente racionais de controle sobre o homem e a natureza;
6. A tendência ao deslocamento da orientação da ação tradicional assente em valores tradicionais para ação puramente instrumental.

Ao longo do capítulo cada um desses processos será estudado, tomando como perspectiva seu papel na constituição do cenário total da Modernidade.

1.2.1 O DESENCANTAMENTO E A INTELECTUALIZAÇÃO DO MUNDO

Um dos aspectos que irá conferir o caráter distinto do modelo ocidental de racionalização será justamente a conjugação que a Modernidade irá fazer entre a ciência – baseada na superioridade da dedução matemática e demonstração empírica – e a técnica como única forma legítima e verdadeira de se conhecer o mundo. *Uma civilização que acredita na ciência em todas as coisas práticas* (SAFRANSKI, 2000, p.97). Este novo modelo de conhecimento revolucionará as relações entre o homem e o mundo. Não há unanimidade entre os historiadores sobre o período preciso em que essa

nova forma de interpretar a realidade tenha começado ou se consolidado, pois foi fruto de lentas mudanças e tem seu auge no século XVII.

É difícil saber, e talvez inútil especular, se, sem a tecnologia industrial, a “superioridade” do Ocidente sobre todos os demais países teria se tornado tão manifesta. (...) se os exércitos de Napoleão levaram as idéias da Revolução Francesa a toda a Europa, as marinhas de guerra britânica e francesa levaram a mensagem da Revolução Industrial a todo o mundo. A mensagem era simples: em nossos tempos, tempos modernos, só há uma maneira de sobreviver: industrializar-se. Para o mundo todo, tornava-se cada vez mais claro que ser uma sociedade moderna era ser uma sociedade industrial. Modernizar era industrializar – isto é, tornar-se igual ao Ocidente (KUMAR, 1997, p. 94).

Se no período medieval conhecer se fazia no ato de confirmar aquilo que os textos sagrados afirmavam, agora este deve ser resultado de um rigoroso exercício da razão humana. Este cientificismo não tem um único autor, mas é fruto de uma consolidação de idéias de vários campos de conhecimento que passaram a contestar interpretações da realidade fundamentadas em princípios metafísicos, que torna dispensável qualquer tutela exterior ao homem, destinados a transmitir-lhe o conhecimento das coisas. O conhecimento agora é uma questão de consciência do homem acerca de seu lugar no mundo e de sua capacidade de transformá-lo através da ciência e da técnica. Nas palavras de David Friedrich Strauss, iluminista popular da segunda metade do século XIX, *não existe mais motivo para fugir da realidade para a metafísica e a religião. Se a Física aprende a voar, os voadores da metafísica devem cair e conformar-se com habitar decentemente a terra plana* (SAFRANSKI, 2000,p.100).

Emblematicamente, foi a partir de Descartes que a ciência moderna começou a firmar sua autonomia, reivindicando a tarefa de definir o *cosmos* por meio de uma metodologia própria, inteiramente assentada na lógica racional, banindo para sempre as *trevas do misticismo religioso*. O racionalismo de Descartes estipula que a razão pura (a razão sem influência dos sentidos, sensações, paixões) é a maior fonte do conhecimento. Descartes resolveu romper com o ideal de conhecimento escolástico, que considerava as idéias como representações, reflexos do mundo, que eram levadas até a mente unicamente através dos sentidos. O filósofo irá procurar justamente evitar a

interferência de fatores subjetivos na análise da realidade, considerando primeiro as idéias de dentro do intelecto para, a partir delas e seguindo um método rigoroso, chegar à prova de que as coisas que percebemos existem realmente fora de nós. É o famoso dualismo cartesiano, ou seja, a separação entre sujeito do conhecimento e o objeto a ser conhecido em duas dimensões diferentes, mas em interação.

Esta cisão essencial – desconhecida na noção grega de aletheia (verdade) – determinará a necessidade da pesquisa sobre o método que bem conduza a razão, procedimento que permita vencer a exterioridade entre sujeito e mundo, favorecendo o acesso do sujeito ao objeto (MATOS, 1997, p. 73).

O método proposto por Descartes para a realização desse conhecimento é a dúvida metódica – *Cogito ergo sum: Penso, logo existo*. Ou seja, Descartes dá preferência à cogitação racional, em detrimento de qualquer dado dos sentidos. Vale dizer, que não é uma mera dúvida cética, pois os céticos não acreditam que o homem possa chegar a qualquer verdade. É metódica e não tem caráter existencial, visto que se esperou o momento oportuno para tratar dela; é universal, pois, em princípio, tudo se pode colocar em dúvida; é radical por se nomear de falso tudo que é apenas duvidoso; é hiperbólica por ser ilimitada; é provisória, pelo fato de o método ter a função de saná-la até onde o intelecto humano permitir. Mesmo para se ter uma certeza absoluta é necessário haver uma dúvida prévia, não excluir nada da dúvida a não ser que ela seja radicalmente impossível e, por fim, tratar como provisoriamente falsas todas as coisas passíveis de dúvida (DESCARTES, 1999).

Tal proposição vai constituir no modelo perfeito de antropocentrismo, pois em sua proposição apenas o ser humano é dotado da capacidade de duvidar, logo de pensar, logo de existir. Essa lógica de raciocínio

confere todos os direitos ao homem e nenhum à natureza, incluídos os animais.(...) A física cartesiana atrelou-se a esta tarefa: acabar com a idéia de que o universo seria “um grande vivente”, com esse animismo ou esse “hilozoísmo” que domina ainda o pensamento escolástico. É necessário extirpar até às suas raízes mais profundas os princípios da alquimia. Não só a natureza não é “animada”, mas não contém nenhuma força oculta,

nenhuma realidade invisível que explique as metamorfoses do ouro em chumbo ou do homem ao lobisomem! O mundo material é desprovido de alma, sem vida e até mesmo sem força, inteiramente reduzido que está às únicas dimensões da “extensão” e do movimento. Nenhum mistério, portanto, que seja inacessível ao conhecimento humano nessa simples mecânica dos objetos que é o universo. E o animal, claro, não foge à regra (FERRY, 1994, p. 53).

Há uma separação entre sujeito e objeto, ser humano e animal, sociedade e natureza, razão e emoção, tempo e espaço, tecnologia e natural. Com isso, ele cria um mundo dicotomizado e artificial, onde o ser humano é visto como o único passível de, através da razão, coordenar e ordenar o mundo.

Bacon, anterior aos pensamentos de Descartes, é mais incisivo, defendendo a total e completa dominação da natureza, que deve ser fragmentada e estudada nos milímetros, para que sejam revelados a todos os seus segredos. Newton, por sua vez, escreve no auge do pensamento cientificista. É considerado o verdadeiro idealizador do cientificismo pelos autores de sua época, mas ele próprio admite que sem os autores anteriores não haveria como escrever as teorias do movimento e da gravitação universal.

Assim, considerando as análises de Descartes e dos filósofos que compartilharam da necessidade de uma ruptura com os ensinamentos religiosos e mágicos no entendimento dos fenômenos da realidade, podemos dizer que a forma do homem se situar no mundo, atribuir sentido à realidade e explicar os fenômenos da natureza se alterou.

A natureza é tão-só extensão e movimento; é passiva, eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de leis; não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes ativo, já que visa conhecer a natureza para dominar e controlar (SANTOS, 1987, p.13).

Tal afirmação ilustra a idéia do mundo-máquina que, tão poderosa, vai se transformar na grande

hipótese universal da época moderna, o mecanicismo. Nesse sentido, podemos dizer que as leis da ciência moderna são um tipo de causa formal que privilegia o *como funciona* as coisas em detrimento de *qual o agente* ou *qual o fim* das coisas. É a tendência a ver o mundo como um mecanismo causal sujeito, em princípio, ao controle racional.

A idéia de progresso impregna o senso comum, torna-se universalmente aceita em filosofia, incorpora-se à literatura, à arte e à ciência. O espírito do otimismo romântico é acompanhado pela crença na razão e no poder dos homens. A ciência e a tecnologia parecem sustentar a promessa de expansão e aperfeiçoamento ilimitados (SZTOMPKA, 1998, pp. 60, 61).

É como se, finalmente, o homem pudesse declarar sua liberdade diante dos ditames das intempéries naturais e sortilégios do acaso. Pois, agora sustentado pela razão, salvaguardado pela ciência e pela tecnologia nada mais o poderia deter. A crença na ciência e em suas respostas infalíveis e precisas é que confere ao homem essa liberdade de ação e dominação, principalmente, diante do mundo natural. Escritores como Condorcet estavam possuídos da *extravagante expectativa de que as artes e as ciências iriam promover não somente o controle das forças naturais como também da compreensão do mundo e do eu, o progresso moral, a justiça das instituições e até a felicidade dos seres humanos* (HARVEY, 1993, p. 23). Assim, no século XIX, e principalmente no século XX, a industrialização, a urbanização e a modernização passam a ser tratadas como sinônimos de progresso.

1.2.2 O SURGIMENTO DE UM *ETHOS* DE REALIZAÇÃO SECULAR IMPESSOAL

Essa crença no progresso vai refletir diretamente no papel da esfera religiosa, relegando sua esfera de atuação e isolando, na instância individual, as crenças derivadas da doutrina. O avanço da ciência expulsou os deuses e a magia do mundo em função de um avanço de um conhecimento baseado na experimentação e na demonstração empírica, cada vez mais a realidade foi perdendo a dependência

da intervenção de forças sobrenaturais. Desta forma, a explicação de uma doença, por exemplo, deixa de ser atribuída à intervenção de forças mágicas e passa a ser entendida apenas do ponto de vista de um distúrbio fisiológico. Ou seja: a explicação religiosa fica cada vez mais restrita àquelas instâncias da vida social não abrangidas pela explicação científica. Pode-se continuar a adorar os deuses, mas não se pode mais conjurá-los para provocar doenças ou curá-las.

Crer ou não passou a ser uma opção individualista reservada à esfera privada, que não se reflete necessariamente na esfera pública. Isto criou um dilema na necessária correspondência entre crenças e práticas que testemunham a fé das pessoas. No caso ocidental, uma ética fundada no amor ao próximo ou nos princípios da caridade cristã, por exemplo, passou a se chocar frontalmente com uma sociedade que emergia orientada pela competição desenfreada dos indivíduos em busca do lucro.

Criou-se um paradoxo, o burguês que freqüentava às igrejas, rezava e dava esmolas para os pobres - à maneira dos grandes filantropos ingleses -, eram os mesmos que, no dia-a-dia, passaram a explorar seus empregados na fábrica, pagar-lhes baixos salários, aumentar a pobreza. Mas como cada uma destas ações passaram a se realizar em esferas isoladas, a primeira na esfera religiosa, a segunda na esfera econômica, não implicavam grandes dilemas para a consciência burguesa orientada para a satisfação e, portanto para a busca da felicidade, através do lucro. *Em todo caso, a própria caritas transforma-se num “empreendimento” racional, e sua importância religiosa acaba, com isso, ou eliminada ou diretamente convertida no contrário, como ocorre com a religiosidade ascético-racional conseqüente* (WEBER, 2000, p. 392).

Podemos, assim, perceber uma transformação na forma como o homem concebe a religião, na qual a imagem da divindade tem que se tornar cada vez mais abstrata e universal. Desenvolve-se a

possibilidade de um culto duradouro através da sistematização de concepções religiosas ordenadas.

Há um deslocamento da responsabilidade para os próprios fiéis, abre-se, crescentemente, espaço para a determinação ético-religiosa do comportamento secular. As conseqüências desse desenvolvimento são decisivas na medida em que a ação religiosa ganha em especificidade e separa-se das finalidades econômicas às quais sempre esteve ligada, permitindo a criação de uma esfera religiosa em sentido estrito. Sua nova autonomia tem que ser preservada através da valorização das esferas mundanas comparativamente à religiosa (SOUZA, 1997, p. 59).

São essas brechas abertas que permite a emergência do movimento teológico da Reforma religiosa que, para Weber, teve a conseqüência não pretendida de contribuir para o *ethos* mundano e materialista do capitalismo. O elo entre os dois é reconstruído por Weber (2002) através da doutrina calvinista da predestinação. Se Deus determinou o padrão da Criação pela eternidade, então os salvos (os eleitos) e os condenados já estavam também predeterminados. Isso deve ter criado para os calvinistas uma solidão íntima sem precedentes, uma vez que a salvação não podia ser alcançada, por exemplo, através dos sacramentos ou das “boas obras”.

Sobretudo o trabalho. Muito além do seu significado prático, o trabalho se torna ponto central a partir do qual se podem interpretar e avaliar cada vez mais aspectos da vida. O ser humano é aquilo que ele trabalha, a sociedade é uma sociedade de trabalho, e também a Natureza de certa forma evolui trabalhando. Trabalho torna-se o novo sagrado, uma espécie de mito que mantém a sociedade unida. A imagem da grande máquina social que transforma o indivíduo em rodinhas e parafusinhos ocupa as auto-interpretações das pessoas e estabelece o horizonte da sua orientação (SAFRANSKI, 2000, P. 100).

É sob este ponto de vista que os calvinistas passaram a buscar a prova da eleição pelo sucesso na atividade mundana, pois ser próspero na vida era ter sido escolhido como um dos “intendentes” de Deus. No entanto, os calvinistas condenavam o gozo relaxado da vida, e isso impedia que os lucros fossem gastos num consumo conspícuo. Assim, o comércio veio a ser regulado por disposições motivacionais que nunca antes havia existido. Essa transposição de um “chamamento” do âmbito religioso para o secular não foi prevista pela teologia, mas que contribuiu para a legitimação do valor central do capitalismo “racional” como sistema de planejamento e de contabilidade – a acumulação como um fim em si mesma.

Em decorrência disso se aprofunda o processo de burocratização da vida que se assenta na busca de meios mais eficazes para a realização de fins, a partir da lógica de custo/benefício (WEBER, 2000). Um processo de secularização que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para, ao invés de libertar os seres humanos da tirania dos desejos sobre o espírito dos homens, insuflar e dar livre curso a certos impulsos e fantasias dos homens, especialmente no campo das aspirações de ganho monetário e consumo material, e de transformar o mundo para garantir a sua máxima satisfação pessoal. A modernidade reflete uma barganha faustiana – vender a alma ao demônio em troca de poder sobre o mundo.

E essa racionalização que foi se alastrando e tomando conta da alma do homem moderno é uma das razões a qual Weber atribui o desencantamento do mundo, na medida em que *os valores do mundo foram racionalizados e sublimados em termos de suas próprias leis* (WEBER, 1964, p. 274). A modernidade traz ainda em sua bagagem uma dimensão que, pode parecer óbvia demais, mas que a desconsiderando não conseguimos explicá-la em sua forma material - a Revolução Industrial - e com ela o predomínio da técnica. Inegavelmente, o industrialismo associado ao capitalismo alterou e conferiu forma peculiar à sociedade moderna.

1.2.3 REVOLUÇÃO TÉCNICA E A INDUSTRIALIZAÇÃO

Com a emergência da sociedade industrial-capitalista, o capitalismo irá estruturar a antiga produção artesanal-familiar sobre novas bases: produção em série de mercadorias, propriedade privada dos meios de produção, trabalho assalariado e apropriação privada do produto final gerado pelo trabalho dos operários. Assim, conjugados, esses fatores se articularão à ciência moderna e gerarão um novo tipo de sociabilidade.

Tendo em vista que o objetivo primordial do capitalismo é aumentar sempre seu lucro, o capitalista

é compelido a ampliar seu mercado consumidor e produtivo. O recurso utilizado para isto será o aprimoramento tecnológico da produção de forma que aumente a produtividade, bem como criar novos produtos capazes de serem percebidos como inovações dinamizando assim, o próprio consumo. Novos produtos no mercado criam novas necessidades e, conseqüentemente, ocorre a formação de novos hábitos de consumo. Tal particularidade se evidenciará na sociedade que passará a valorizar mais a mudança contínua do que a constância em termos de comportamento e de vivência. É o enterro da crença no caráter ilusório, na transitoriedade da vida humana constituintes da concepção de tempo medieval. O verso de um poema do século VII *Tudo que muda perde seu valor* deveria ser, portanto, rescrita na célebre frase de Marx: *tudo que é sólido desmancha no ar* (1989, p. 32).

A mudança contínua é alcançada através de inovações tecnológicas associadas à produção em massa. O bem-estar do homem passa a ser algo continuamente buscado através de novos bens e serviços que melhorem suas condições sociais e de vida. A felicidade humana passa a ser sinônimo de progresso material associado aos mecanismos de ordem científica, tecnológica e industrial.

A partir do momento em que a felicidade passa a ser obtida pela conjugação entre a produção científica-técnica-industrial e o consumo, as relações sociais passam a ser permeadas pelos bens e mercadorias. Há uma mercantilização da vida social. A interação entre as pessoas passa a ser mediada pelas necessidades produtivas e de mercado, ao invés de se guiarem por critérios intrínsecos a elas mesmas.

O resultado é a emergência de um espaço social onde indivíduos atomizados competem, uns com os outros, pela posse de bens e de serviços na busca de ascensão social e realização pessoal. E o resultado disso tudo não poderia ser outro, *especialistas sem espírito, sensualistas sem coração* (WEBER, 2002) – ou como diria Nietzsche *cultivamos formação interna para bárbaros externos,*

só que essa formação não vai muito longe: falta-lhe densidade viva (apud SAFRANSKI, 2000, P. 106) - e esta nulidade, ainda por cima, é considerada o supra-sumo da civilidade.

Assim, a conseqüência mais evidente da modernidade e, também, a mais trágica é o triunfo do individualismo na mentalidade humana. Triunfo este que eleva a interatividade social, modo dado da interdependência social dos indivíduos, a realizar-se no dinheiro, mas não como conexão dos indivíduos entre si, mas das mercadorias produzidas e trocadas por estes indivíduos. Dessa forma de sociabilidade, os indivíduos têm como determinação da sua forma de existir uma equivalência pressuposta e contraída em suas múltiplas relações. Esta nova forma de sociabilidade é resultado da dissolução das antigas formas comunais, que caracterizavam a vida e a produção sociais nos conjuntos societários vigentes anteriormente à moderna sociedade.

1.2.4 DA EQUAÇÃO DOS MEIOS E DOS FINS

Na época pré-moderna, nas coletividades predominavam as relações comunitárias. Nesse sentido, as relações sociais, no referido contexto, são caracterizadas como pessoais, afetivas, orientadas por normas tradicionais. Normas que, muitas vezes, tinham um conteúdo dominador absoluto, onde os direitos eram frágeis, pois a vida das pessoas eram dependentes de forças divinas que não controlavam ou poderes seculares arbitrários. O principal é que nesse contexto

foi possível regulamentar eticamente as relações pessoais entre senhor e escravo precisamente porque elas eram relações pessoais. Mas não é possível [na sociedade moderna] regulamentar – pelo menos, não no mesmo sentido, ou com o mesmo êxito – as relações entre os variáveis detentores de hipotecas e os variáveis devedores dos bancos que concedem tais hipotecas: pois neste caso não há relações pessoais de qualquer tipo. Se não obstante, tentássemos isso, os resultados seriam os mesmos que conhecemos na China, ou seja, o sufocamento da racionalidade formal. Pois, na China, a racionalidade formal e substantivo estavam em conflito (WEBER, 1964, p. 247).

Na modernidade, a sociedade se caracteriza pelo alto grau de individualismo, competitividade, pela indiferença ou impessoalidade existente entre seus membros. O agir em sociedade produz-se como contatos impessoais e específicos, a ética deixa de ser mediada pela solidariedade dos valores comunitários e passa a ser mediada por uma calculabilidade de ação em termos de eficácia dos meios e do benefício pessoal. Ou seja, nesse segundo momento, os ganhos individuais são mais importantes que o fato da ação ser socialmente desejável.

Tal característica, segundo Weber, é em decorrência de que a lógica que permeia a ação de mercado é a mesma que tipifica a relação social da sociedade moderna. Esse tipo de ação representa justamente, segundo a tipologia estabelecida por Weber, no

modo racional referente a fins: por expectativa quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, com sucesso (WEBER, 2000, p. 15).

É uma época determinada pelo imperativo dos *meios*. Ou seja, a opção por uma ação *x* em detrimento de uma *y* é motivada pela melhor adequação entre custos e benefícios para consecução de um certo fim. Não importa, portanto, se de repente determinado conjunto de crenças seja contrariado em função dos *meios* que o indivíduo escolheu, o que vale é a consecução do fim. Os possíveis ganhos, ou prejuízos do *outro*, decorrentes da escolha dos meios a serem utilizados pelo indivíduo não faz parte do cálculo da ação.

Com a expulsão dos valores superiores da vida pública, as relações comunitárias fundadas em crenças viram-se deslegitimadas. O puritanismo havia dado um golpe na ética tradicional ao individualizar a relação com a transcendência; as suas ações, cuja sacralidade passou a fixar-se no mundo, negavam o antigo espírito comunitário e fraterno (NOBRE, 2000, p. 106).

Nesse sentido, com a não-validade das relações fundadas em crenças, o que passa a exercer o papel regulador da ação serão as regras formais vigentes na sociedade na qual o indivíduo está inserido. Elas é que vão ordenar os jogos de interesse, conferindo às ações um caráter impessoal e instrumental. Sob este raciocínio, a própria ação social e, conseqüentemente, a interação social, tornam-se impessoal e instrumental no sentido de passíveis de calculabilidade dos *meios*, onde o *outro* não faz parte da equação.

Em meio a tudo isso, a natureza também se torna um *meio* para consecução dos fins do espírito capitalista. Pois, *meio ambiente natural e visão de mundo estão estreitamente ligados, sendo esta última fundamental para explicar as atitudes que tomamos com relação aos elementos naturais* (YI FU-TUAN *apud* WALDMA, 2003, p. 547). Isto significa que se há uma transformação no quadro simbólico de referência do indivíduo a partir do qual dota de sentido a realidade, isto irá influenciar diretamente a própria relação homem/natureza.. Assim, esse *status* conferido à natureza de mero instrumento de concretização do progresso é algo que diz respeito à concepção da realidade do homem moderno.

O primeiro contato do homem com a natureza não foi da consciência com os objetos, mas de um ser natural, desprovido de tudo e rico de necessidades, com um imenso ser vivo - a natureza. O homem primeiro se aporta na própria natureza para depois se colocar perante ela como “dono e senhor” (LENOBLE, 1990, p. 195).

Essa transformação da postura do homem diante da natureza – inicialmente ancorado, depois “dono e senhor” – reflete o teor dos questionamentos trazidos pelas revoluções científicas, que compartilham de uma unidade no que diz respeito às tentativas de compreender os céus, a natureza e o homem. Essa trajetória teve como ponto de origem o distanciamento da metafísica, sobretudo daquela ancorada na Teologia, culminando com a instauração da modernidade e a posição do homem como ator central da história humana.

1.3 DO DEBATE DA IDÉIA DE NATUREZA

A partir disso, podemos perceber que a história da idéia de natureza oscila entre dois pólos distintos: o biocentrismo – onde a natureza é o centro - e o antropocentrismo – onde o centro se desloca para o homem (THOMAS, 1989). Foi com Darwin, em meados do século XIX, quando este formulou a teoria sobre a evolução das espécies identificando o homem nas suas origens com os animais, que se colocou novamente a idéia de uma concepção de homem como parte integrante da natureza³. Depois de 1859, a idéia da evolução não só se infiltrou, como dominou o pensamento europeu. A evolução abria novas frentes na “guerra” entre a ciência e a teologia. Tal “guerra” não deixou de fora inclusive os valores morais humanos que passaram a ser reconhecidos, por parte de alguns evolucionistas, como sendo baseados na concepção de homem como parte do processo cósmico e que evoluíra a partir da matéria. Segundo Baumer (1990), essa sempre foi a compreensão de naturalistas como Thomas Huxley e o próprio Charles Darwin.

As teses evolucionistas representaram uma revolução no pensamento e delas, em parte, se derivam as teorias monistas do século XIX, que advogam a idéia de que embora as coisas apresentem uma aparente diversidade, derivam de um princípio único, sendo, portanto, idênticas, no fundo (THONNARD, 1968, p. 12)⁴. Segundo a concepção monista elaborada por Haeckel, a substância teria dois atributos fundamentais: como matéria, ocupa espaço; como energia ou espírito, é dotada de sensibilidade.⁵ Da conjugação desses dois atributos derivam-se o cosmo e o próprio homem,

3 *O fato é que há duas tradições de explanação sempre marchando lado a lado na escalada do homem. Uma interessa à análise da estrutura do mundo. A outra, ao estudo dos processos da vida: sua fragilidade, sua diversidade, a recorrência dos ciclos, desde o nascimento até a morte dos indivíduos e das espécies. Com a teoria da evolução essas duas tradições se encontram; até então a vida era paradoxo insolúvel* (BRONOWSKI, 1992, p. 291).

4 Não estamos desconsiderando as origens das visões monistas formuladas pelos Pré-Socráticos, primeiros filósofos da natureza.

5 Para Haeckel, *o homem descende em linha direta de mamíferos pitecôides. A antropogenia desvenda a longa cadeia dos vertebrados ancestrais que precederam o desenvolvimento tardio deste rebentão, o mais elevadamente evolucionado. (...) Assim como a teoria natural da evolução, sobre a base monista, esclarecendo e iluminando todo o domínio dos fenômenos naturais físicos, ela faz o mesmo no campo da vida psíquica, tornando inseparáveis essas duas espécies de fenômenos. O nosso corpo humano formou-se lenta e gradualmente através de uma longa série de vertebrados ancestrais; e o mesmo aconteceu com a nossa alma que, sendo uma função do nosso cérebro, se desenvolveu gradativamente em correlação com este órgão. O que chamamos simplesmente de alma humana, não é mais do que a soma das nossas sensações, das nossas vontades e dos nossos pensamentos, o conjunto das funções psicológicas, cujas células ganglionares microscópicas do nosso cérebro representam os órgãos elementares. (...) Qualquer naturalista que, como eu, tiver, observado durante longos anos a atividade psíquica dos protistas unicelulares, convencer-se-á seguramente de que eles também possuem alma. Esta alma celular é, também, constituída por uma soma de sensações, de ideias e de actos de vontade; as sensações, o pensamento e a vontade da nossa alma humana, não são mais do que o desenvolvimento daquelas* (HAECKEL, 1947, pp. 38, 39, 40).

incluindo a própria moral.

É nesse sentido que, de uma forma geral, podemos dizer que a idéia de natureza se estrutura em um debate que pode ser dividido em três correntes bem distintas, *na verdade inteiramente opostas em seus princípios no tocante à questão condutora das relações entre o homem e a natureza* (FERRY, 1994, p. 22). Sob este raciocínio, Ferry (1994) estabelece as seguintes características de cada uma dessas correntes.

Numa primeira, a partir de uma posição “humanista” e, até mesmo antropocêntrica, a natureza é levada, de modo unicamente indireto, em consideração. Essa concepção pode ser dividida em três fases distintas. Uma primeira que compreende o momento de seu surgimento na interação da Revolução Científica com a Revolução Industrial, onde o ser humano é posto no centro e é tido como fundamento de tudo, onde se realiza como senhor da natureza.

Em uma segunda fase, a natureza é percebida sob a perspectiva da necessidade de seus recursos e a finitude dos mesmos, motivando a criação de normas de proteção por questões econômicas. Duas teorias importantes surgem nos séculos XVI e XVII e são de Lineu e Buffon sobre a necessidade de se utilizar racionalmente e até proporcionar uma reprodução da natureza, para que bens de consumo não se escasseiem.

A terceira fase já pressupõe uma proteção não só por questões econômicas, mas da vida por si. Ela se inicia no final da década de 50 e se efetiva na década de 70, quando problemas sérios, especialmente a finitude da natureza e sua não-recomposição, as modificações geradas e irreversíveis, a preocupação com a situação crítica do planeta, trazida à discussão pelos primeiros movimentos ambientalistas, passam a ser problemas que esse humanismo não consegue equacionar

por si. Assim, passam a acontecer conferências que visam avaliar e questionar as ações do homem em relação à finitude e escassez dos recursos naturais. Nessas conferências passa a ser adotada a abordagem *dos ecossistemas globais porque sugeria a sociedade global como unidade de análise e colocava o Terceiro Mundo no centro das atenções* (SACHS, 2000, p. 119), na tentativa de expressar uma visão de mundo integradora, sistêmica, conjuntiva, holística, onde homem e natureza devem constituir um mesmo todo.

A segunda corrente dá um passo adiante no propósito de atribuir significação moral a certos seres não-humanos. Consiste em tomar a sério o princípio “utilitarista”, que busca não só assegurar o interesse próprio dos homens reduzindo ao máximo a soma dos sofrimentos no mundo, mas também aumentar, tanto quanto se possa, a quantidade de bem-estar. Esta perspectiva é muito presente no mundo anglo-saxão e serve de base para o intenso movimento denominado de “libertação animal”⁶.

E, por fim, a terceira corrente é aquela que reivindica um direito das árvores, ou seja, da natureza como tal, incluindo suas formas vegetal e mineral. Essa corrente tende a se tornar a ideologia dominante dos movimentos “alternativos” na Alemanha e nos Estados Unidos. Estabelece que o antigo “contrato social” dos pensadores políticos dá lugar a um “contrato natural” no seio do qual o universo inteiro teria que se tornar sujeito de direito. O ecossistema – a “biosfera” – é investido, portanto, de um valor intrínseco muito superior ao da espécie humana.

Essa corrente é denominada por muitos de *deep ecology* – ecologia profunda – por advogar a harmonia com a natureza; a valorização desta por seu valor intrínseco; igualdade entre todos os seres, objetivos e matérias que realizem objetivos maiores do ser; respeito às tradições das minorias;

⁶ Esse movimento se baseia no princípio de que todos os seres suscetíveis de prazer e dor devem ser considerados sujeitos de direitos e tratados como tal (FERRY, 1994, p. 23).

e, por fim, o reconhecimento de uma cosmologia que reconhece o planeta como limitado, no qual a ciência deve atuar criando tecnologia apropriada, mas não dominante perante as outras coisas. Serres (1991), não pertence à *deep ecology*, mas também compartilha do princípio de necessidade do estabelecimento de um novo contrato, agora natural, em que ocorreria uma religação do ser humano à natureza, sendo necessária, para tanto, uma visão espiritual transcendente.

Atualmente, o que estamos percebendo é uma tensão entre a tentativa de equacionar a relação homem/natureza sob uma perspectiva biocêntrica em decorrência das limitações do antropocentrismo em dar cabo a essa tarefa e o próprio quadro de idéias e valores no qual o homem se referencia para atribuir sentido ao mundo.

Nesse sentido, a proposta de *Desenvolvimento Sustentável* aparece como um campo de reconhecimento da “crise ambiental” em escala planetária que estabelece *uma conciliação e consenso entre a crítica ambiental e a sociedade industrial* (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005, pp. 9,10), mas que não neutraliza a ação de mercado como tipificadora da ação social da sociedade moderna e, conseqüentemente, da relação homem *versus* natureza. Dessa forma, não se invalida o *superposicionamento do “mercado global” como regulador das políticas ambientais e sociais, sobretudo a partir da institucionalização do neoliberalismo ocorrida com a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC) em 1995* (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005, p.14). Assim, o que temos é a *natureza – considerada como realidade externa à sociedade e às relações sociais – convertida em uma variável a ser “manejada”, administrada, gerida, de modo a não impedir o “desenvolvimento”* (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005, p. 14).

Percebemos o triunfo da lógica racional referente a fins – a lógica de mercado -, como assim previu Weber ao diagnosticar a sociedade moderna como uma fábrica de solitários, na qual o espírito

competitivo e a busca do lucro lançam os indivíduos uns contra os outros e tornam cada vez mais difícil a prática espontânea do altruísmo. O grande problema é que o capitalismo não gerou apenas um novo modo de produção, mas um novo quadro de referência simbólico a partir do qual os indivíduos passaram a ser orientar para guiarem suas ações. Nas palavras de Franz Kafka em uma observação a Janouch, quando este lhe mostrou um desenho de Georg Grosz no qual representava um homem gordo e rico oprimindo um homem pobre:

o homem gordo domina o homem pobre dentro de um determinado sistema, mas é preciso distinguir entre o homem gordo e o sistema. O gordo não é um dominador, de fato. Pelo contrário: ele também se acha manietado. O capitalismo é um sistema de dependências que se estabelecem de dentro para fora, de fora para dentro, de cima pra baixo de baixo para cima. Tudo está relacionado com tudo e tudo fica preso a tudo. O capitalismo é um estado do mundo e da alma (KONDER, 1967, p.39).

Nesse sentido, atualmente, podem ser identificados inúmeros regimes internacionais que visam causas distintas. Contudo, acreditamos que aqueles que buscam o estabelecimento de regras mercadológicas são disseminados, reconhecidos e institucionalizados com maior rapidez no sistema internacional e, conseqüentemente, nos cenários domésticos. É o mercado, como esfera de significado, que vai guiar o ator mesmo em uma situação de cooperação visando a solução da “crise ambiental”.

É sob este raciocínio que iremos desenvolver esse estudo. Ou seja, avaliar de que forma ações que pretendem a viabilização da proposta de *Desenvolvimento Sustentável* – o Protocolo de Quioto como estudo de caso – esbarram na inversão de prioridades que o mercado estabelece, por ser este, ainda, o único espaço interativo no qual os atores conseguem construir estruturas de entendimento por meio de significados partilhados entre eles, em virtude do quadro de idéias e de valor que o processo de racionalização gerou.

CAPÍTULO II

DAS BRECHAS ABERTAS PELO

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.1 INTRODUÇÃO

Concordamos com autores como RIBEIRO (1991) e ZHOURI *et al* (2005), quando alegam que a proposta de *Desenvolvimento Sustentável* aparece como um campo de reconhecimento da “crise

ambiental”, estabelecendo uma conciliação e consenso entre a crítica ambiental e a sociedade industrial, mas que não neutraliza sua matriz genealógica: o projeto desenvolvimentista liberal. Nessa lógica, acrescentamos que a tensão gerada entre o reconhecimento da “crise ambiental” e sua matriz genealógica acaba por esbarrar na inversão de prioridades estabelecidas pelo mercado.

Nesse sentido, a questão que nos colocamos nesse capítulo é: de que maneira a proposta de Desenvolvimento Sustentável permite o aparecimento e legitima o mercado como único ou o predominante espaço interativo no qual os atores conseguem construir estruturas de entendimento por meio de significados partilhados entre eles.

2.2 O DESENVOLVIMENTO COMO SAÍDA CIVILIZATÓRIA DA HUMANIDADE

É fundamentado na estrutura simbólica da metanarrativa da Modernidade, que o repertório de ações políticas e econômicas desenvolvimentistas vai se concretizar. A abrangência da noção de *desenvolvimento* recobre desde direitos individuais, passando por cidadania, até esquemas de classificação dos Estados-Nações no sistema mundial, encobrendo atribuições de valor à justiça social, ao bem-estar, à acumulação de poder econômico, militar e *muitas outras conotações vinculadas a ideais de relações apropriadas entre homens e entre estes e a natureza* (RIBEIRO, 1991, p.131). Uma plasticidade tamanha de leituras e, conseqüentemente, de aplicabilidades que acaba por gerar conflitos de sentidos atribuídos entre *atores coletivos que procuram estabelecer suas perspectivas particulares* (RIBEIRO, 1991, p. 133). Emblematicamente,

O início da era desenvolvimentista ocorreu em dia e hora precisos. No dia 20 de Janeiro de 1949, no discurso inaugural endereçado ao Congresso pelo Presidente Harry S. Truman, nomeou a casa de mais da metade da população mundial de “áreas subdesenvolvidas”. Esta foi a primeira vez que a palavra “subdesenvolvido”, que mais tarde se tornou uma categoria para ordenar as relações globais, foi usada por uma figura política proeminente (SACHS, 2000, p.4) (Tradução livre nossa).⁷

⁷ *...but the dawning of the development age occurred at a precise date and time. On 20 January 1949, President Harry S. Truman, in this Inaugural Address to Congress, dubbed the home of more than half the world's people 'underdeveloped areas'.. This was the first time that he word úndervelopment, which was later to become a key category ordering global relations, was used by a prominent political figure. (SACHS, 2000, p.4)*

Como grande saída *civilizatória* para essa população que se aloja em *áreas subdesenvolvidas*, no ponto quatro de seu discurso, Trumam propõem o *desenvolvimento* nos seguintes termos:

Nós devemos fazer um programa novo e corajoso para disponibilizar nossos avanços científicos e progresso industrial para melhoria e crescimento de áreas subdesenvolvidas. Mais da metade da população mundial está vivendo em condições que se aproximam da miséria. A comida deles é inadequada. Eles são vítimas de doença. A vida econômica deles é primitiva e estagnada. Sua pobreza é um impedimento e uma ameaça tanto para eles, quanto para áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade tem o conhecimento e capacidade de aliviar o sofrimento desses povos. Os Estados Unidos entre nações têm proeminência no que se refere ao desenvolvimento tecnológico industrial e científico. Os recursos materiais de que nós podemos dispor para ajudar outros povos são limitados, mas os recursos imponderáveis em conhecimento tecnológico estão em constante crescimento e são inesgotáveis (SACHS, 2000, p.4) (Tradução livre nossa)⁸.

A visão de mundo expressa acima, que objetivava ampliar o crescimento econômico em todo o globo, mediada pela frágil idéia de preocupação moral da ajuda, fazia parte dos debates acadêmicos de economistas e cientistas sociais da época. Além disso, vale dizer também que esse discurso está contextualizado no pós-II Guerra, da qual os Estados Unidos emergiram como grande potência vencedora e ávida por disseminar o *american way of life*. Assim, a associação entre a idéia de desenvolvimento ao *modo americano de viver* permitir-lhe-ia uma estratégia eficiente de expandir seus ideários políticos e a consolidação de zonas de influência no hemisfério Sul em contraposição às pretensões soviéticas. *Muito mais que um simples empreendimento socioeconômico; é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta a sociedade, uma fantasia que desencadeia paixões (SACHS, 2000, p. 12).*

A forma encontrada para mensurar essa percepção que molda a realidade foi o crescimento econômico traduzível em indicadores objetivos tais como, Produto Interno Bruto, tidos como universais na aferição do nível de desenvolvimento. O padrão utilizado para se considerar uma nação desenvolvida ou em vias de se tornar é a proximidade ou o distanciamento do PIB dos países

⁸...we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitiv and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowlwdge and the skill to relieve the suffering of these people (SACHS, 2000, p.4).

do Sul em relação ao PIB dos países do Norte. Crescimento econômico e o bem-estar da população foram fundidos em único conceito: desenvolvimento pensado como crescimento econômico⁹. Podemos identificar na essência dessa lógica de discurso uma crença em que a trajetória da humanidade deve ser guiada por uma imagem ideal, utópica, onde deve residir seu destino final. Um lugar perfeito em termos de cultura, organizações políticas e econômicas – os países do Norte ou, nos termos de Truman, desenvolvidos -, pautada, dessa forma, em uma rudimentar, porém, maneira de medir o progresso: PIB¹⁰. *A idéia de crescimento é essencial para a forma moderna de ver a vida humana (...) É, simultaneamente, uma verdade universal e o único meio normativo de alcançar a sociedade ideal* (BERTHOUD, 2000 p. 134).

Se o meio para a concretização do desenvolvimento é o progresso assegurado pelo crescimento econômico, o que se deve fazer para atingi-lo? O receituário apresentado pelos países desenvolvidos aos países “subdesenvolvidos” estabeleceu a modernização das estruturas sociais e produtivas como elemento central para a efetivação do desenvolvimento. Esta percepção implicou na modernização dos mecanismos agrícolas, transformando as economias de subsistência em grandes monoculturas exportadoras¹¹ e produtoras de matéria-prima para as indústrias e, em decorrência disso, a expulsão dos trabalhadores rurais para a então nova área de oportunidade de empregos – a cidade, local de instalação das indústrias. Era nesses termos que uma Nação deveria se auto-avaliar como caminhando rumo ao progresso.

Então, *progresso* deixou de ser um mero princípio de explicação científica sobre o “caminhar da humanidade” e passou a conferir à sociedade um estilo de vida. Ou seja, a noção de progresso passou a gerar um modo de vida específico que deveria ser traduzido em crescimento de cidades,

9 Vale dizer ainda que nesse contexto de pós-Guerra, estava sendo difundido pelas Nações Unidas que a paz só poderia ser assegurada se o crescimento econômico se tornasse um exercício global (SACHS, 2000).

10 E é exatamente essa lógica que guiou alguns autores do Iluminismo, como por exemplo, Jacques Bossuet (1627-1704), Condorcet (1734-1794), Giambattista Vico (1668-1744) e Imanuel Kant (1724-1804) na produção da periodicidade da história universal, estabelecendo, cada um a seu modo, estágios de desenvolvimento da sociedade (SZTOMPKA, 1998).

11 Nesse contexto, a divisão internacional do trabalho pressupunha um sistema internacional dividido entre: países exportadores de matéria-prima (países do sul) e os exportadores de tecnologia (países do norte).

indústrias, desenvolvimento de novas tecnologias, etc. *Sugere, explícita ou implicitamente, que a forma de vida ocidental é a única capaz de assegurar a felicidade humana* (BERTHOUD, 2000, p. 135). Marcadamente simbolizado pelo tipo de ação social que passou a caracterizar a modernidade: modo racional referente a fins. Os recursos deveriam ser combinados, a qualquer preço, de forma a se atingir a melhor otimização em termos de custo/benefício para que se alcance o desenvolvimento.

2.3 O DECLÍNIO DO PROCESSO CIVILIZATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO

No entanto, essa lógica passa a gerar constrangimentos à evolução do próprio modo de produção capitalista e do receituário desenvolvimentista. SACHS (2000), de forma muito categórica, pontua que a era do desenvolvimento entrou em declínio porque as quatro premissas que lhe serviram de base foram superadas pela história. Em primeiro lugar, a premissa de que a posição dos países industrializados é o cimo da escala de evolução social foi estilhaçada pela difícil condição ecológica em que se encontram. A flecha do progresso se partiu e o desenvolvimento perdeu sua orientação.

Em segundo lugar, a perda crescente dos grandes vetores ideológicos – comunismo X capitalismo – e a emergência do cisma Norte X Sul pelo grande hiato provocado pelas próprias ações desenvolvimentistas configuram novas ações de política externa. Uma das situações que demonstravam, mais claramente, que a idéia de desenvolvimento, concebida como crescimento econômico, não estava resultando no previsto era o que ocorria, por exemplo, na América Latina e Caribe.

Após anos de políticas públicas baseadas neste modelo e de décadas de investimentos, nos anos 80, o Produto Interno Bruto da América Latina e do Caribe, deixou de crescer, apresentando inclusive taxas negativas em alguns anos (Quadro I). Ao mesmo tempo, o índice de pobreza e de exclusão social aumentou, de forma assustadora. Segundo o Banco Mundial, em 1985, na América Latina e Caribe 19% da população estava abaixo da linha de pobreza (o que significava 70 milhões de pessoas) e 12% da população se encontrava abaixo da linha extrema de pobreza (o que correspondia a 50 milhões de pessoas) (BANCO MUNDIAL, 2003, p. 29). No caso do Brasil, por exemplo, ao mesmo tempo, que a sua economia passou a ocupar o nono lugar no *ranking* mundial, seus indicadores de Desenvolvimento Humano aproximaram-se daqueles verificados nos mais pobres países da África.

QUADRO I –

AMÉRICA LATINA E CARIBE: EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO

	1970/1980	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
PIB global	5,5	6,1	0,6	-1,2	-2,6	3,7	3,6	3,9	2,5	0,7
PIB por habitante	3,0	3,6	-1,6	-3,5	-4,7	1,4	1,4	1,6	0,3	-6,6

Fonte: CLICHEVSKY *et al.*, 1990, p. 36

E considerando o âmbito das cidades esta situação refletiu em aumento do desemprego – índice de 48% entre os anos 1980 e 1985 (CEPAL,1994) – e de concentração de renda¹². Tal situação, no período referente, traduziu-se em um aumento de criminalidade, alta taxa de desemprego e uma conseqüente emergência de mercados informais e um processo de favelização crescente das cidades. A cidade passa, então, a lidar com o grave problema de exclusão social¹³.

Exclusão social que se agrava com a incapacidade dos Estados de responderem às demandas básicas da população. Os Estados, tendo em mãos o problema do endividamento externo e da dívida pública interna, advinda da década de 70, viram-se forçados a recorrerem a organismos internacionais

12 A Teoria da Dependência elaborada pelos Cepalinos (CEPAL – Comissão de Estudos para a América Latina) pretendia demonstrar que havia uma relação direta entre a dependência externa e as condições sociais internas dos países subdesenvolvidos.

13 Quando dizemos exclusão estamos nos referindo tanto ao mercado de trabalho como, conseqüentemente, aos diferentes mercados de consumo.

multilaterais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial¹⁴ na tentativa de solucionar os desajustes econômicos internos. Estas instituições, embebidas do receituário econômico neoliberal – oposto aos princípios keynesianos de regulação do mercado pelo estado – pressupunham, para a solução da crise de financiamento, o equilíbrio do balanço de pagamentos, ajustes recessivos para conter a inflação e ajustes estruturais, ou seja, menos Estado, e mais iniciativa privada.

A lógica do argumento dessas instituições era a de que a intervenção do Estado só se justifica como ação corretiva para garantir o bom funcionamento do mercado, pois os efeitos perversos provocados pela ação das burocracias públicas são maiores do que aqueles provocados pela ação dos agentes econômicos privados. Isso passou a dificultar qualquer estratégia do Estado no sentido de fomentar políticas públicas sociais, pois problemas de ordem macroeconômica em detrimento dos sociais passaram a ter prioridade nas agendas de governo. Neste período, por exemplo, na *maioria dos países da região* [da América Latina] *a redução de gastos públicos em saúde e educação foi mais drástica que em outros setores* (CEPAL, 1994).

Diante desse quadro, a prevenção substitui o progresso como objetivo do desenvolvimento. A redistribuição do risco e não da riqueza passa a ser a pauta internacional vigente.

O Sul deixou de ser visto como um jovem cheio de potencial, como no tempo de Truman, mas como um lugar procriador de problemas sociais e ambientais (...) O Sul não é considerado mais como esperança, mas como suspeito; países em desenvolvimento se tornaram zona de risco (SACHS, 2000, pp .22,23) (Tradução livre nossa)¹⁵.

De maneira muito clara, podemos visualizar que a polarização não só aparece como desenho do arranjo entre Estados no sistema internacional, mas também como aquele que configura a

14 Estes organismos internacionais foram fundados no Acordo de Bretton Woods (1944) para assegurar o equilíbrio do Sistema Monetário Internacional.

15 *...the South ceased to be seen as “young” and “full of potential”, as in a time of Truman, but as the breeding ground of social and environmental turbulence.(...) the South is no longer considered with hope, but with suspicion; developin countries turn into risk zones* (SACHS, 2000, pp. 22,23)

disposição das classes sociais em âmbito nacional. Nesse sentido, em terceiro lugar, grande parte dos indivíduos dos países do Sul se tornou presas da campanha para transformar o homem tradicional em um homem moderno ao serem expatriados de seus modos de vida tradicionais e não serem levados para lugar nenhum, ficando à margem das benesses produzidos pelo processo de desenvolvimento

Por outro lado, em quarto lugar, qual seria a paisagem do mundo se todos os países, de fato, tivessem caminhado no mesmo ritmo pela estrada do desenvolvimento? Não se concretizando, o resultado já foi uma perda tremenda de diversidade em virtude do fato de que o espaço mental no qual as pessoas sonham e agem está totalmente ocupado pelo imaginário do Ocidente. Um imaginário que, além de solapar a diversidade, passa a demonstrar cancos, quando lhe é requerido o cumprimento da promessa de felicidade propiciada por seus parâmetros – segurança, emprego, família, casa própria e automóvel.

Brecha aberta que permite a insurgência de uma geração que não mais estava interessada em se identificar com padrões comportamentais cristalizados e que, menos ainda, estava atrás do eterno ou do imutável, ou ainda, buscando a cientificidade racional moderna da produção. Afinal, eles viviam em um mundo bastante diferente do pós-Guerra. Neste sentido, essa forma de vida gerada pelo sistema capitalista, na qual o destino do indivíduo está “na mão invisível do mercado”¹⁶, impulsiona o aparecimento de movimentos contestadores dessa ordem vigente em vários pontos do mundo.

2.4 O MOVIMENTO AMBIENTALISTA – HISTÓRIA INTELCTUAL E POLÍTICA

Em meio a esses movimentos, há o surgimento de uma crítica transformadora – representada pela

¹⁶ Esta expressão foi criada pelo economista Adam Smith da Escola Clássica inglesa em seus escritos sobre liberalismo econômico, onde afirma que existem leis naturais na economia, a “mão invisível”, que dispensam a intervenção do Estado no intuito de sanar qualquer eventual distúrbio.

ecologia política - que passou a suscitar debates em torno da industrialização enquanto evolução fatalista (ZHOURI *et al* 2005). Neste, questionava-se a forma de vida da sociedade industrial moderna, colocando em jogo a concepção que envolvia *toda a posição das relações entre a humanidade e o mundo e, finalmente, a questão central e eterna: o que é a vida humana? Vivemos para fazer o quê?* (CASTORIADIS e BENDIT, 1981, p. 24). O questionamento de que qualidade de vida poderia ser algo que fosse muito mais além desse acúmulo material que a sociedade industrial difundia, passou a permear a cabeça das pessoas. Nesse contexto,

as diversas correntes que constituem o movimento ecológico são tão disparatadas que se pôde falar da “nebulosa ecológica”. Encontram-se aí tanto os antigos combatentes de maio de 1968 quanto os defensores da natureza e do meio ambiente, fanáticos da agricultura biológica antivacinalistas ou feministas. O movimento tem adeptos e encontrou eventualmente aliados políticos em certos pequenos partidos ou grupos de extrema esquerda e em certos sindicatos. (...) De 1967 a 1973 não se pode falar verdadeiramente de um movimento unificado. O alento contestador da “revolução cultural” de 1968 dá nascimento a diversas ideologias e práticas mais ou menos efêmeras (DUPUY, 1980, p. 24).

Assim, nesse momento, não conseguimos precisar a ecologia política como pertencente a alguma das categorias tradicionais, quais sejam: *movimento político, movimento social, correntes de idéias, eles são tudo isso ao mesmo tempo* (DUPUY, 1980, p.22). Diversos nos seus engajamentos, mas convergentes em suas recusas: *criticam o modo industrial de produção, e não somente as relações sociais capitalistas; não se limitam a criticar o uso capitalista que é feito das técnicas, mas acusam as próprias técnicas* (DUPUY, 1980, p. 23). Se até esse momento questões referentes ao ambientalismo se resumiam a um caráter conservacionista no sentido de criação de parques e jardins botânicos em um ambiente edificado pelo homem como a cidade, ou a constituição de reservas em ambientes naturais a ser preservado da intervenção humana ele passou, também, a empunhar uma bandeira de rompimento com o “sistema” vigente. Ou seja, de contestação aos padrões sobre os quais o estilo de vida das pessoas estava edificado e que implicavam na própria relação de degradação homem/natureza.

De forma completamente independente, as associações de proteção da natureza se organizam e aprendem a se servir de armas jurídicas. Criam-se agrupamentos locais, que reúnem para uma ação comum aqueles cujo meio ambiente cotidiano é destruído pelo mundo industrial: usuários “cativos” dos transportes coletivos, pedestres, vizinhança de aeroportos, habitantes ameaçados de expulsão (DUPUY, 1980, p. 24).

Assim, pressões internas da sociedade civil em torno de demandas ambientais passaram a exigir que as instituições internacionais e governos nacionais repensassem a lógica do sistema de produção capitalista e, conseqüentemente, a idéia de desenvolvimento¹⁷. O movimento ambiental, nesse estágio embrionário, preocupava-se muito mais com estratégias que assegurassem a *sobrevivência da humanidade em escala planetária* (DUPUY, 1980, p. 27), opondo-se radicalmente ao crescimento econômico.

Esse foi o mote do grito lançado por milhões de jovens - *nós temos uma Terra só, e estamos destruindo-a e nós também, na mesma ocasião* (DUPUY, 1980, p. 27) -, que embalou, em 1972, a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, da qual surgiu o Clube de Roma¹⁸, que colocou o *meio ambiente* na agenda internacional. Dentre uma série de relatórios produzidos, o de maior destaque é *Os Limites do Crescimento*, que propunha que para se alcançar a *estabilidade econômica e ecológica deve-se atingir um congelamento do crescimento da população global e do capital industrial*, [mostrando] *a realidade dos recursos limitados* e [rediscutindo] *a velha tese de Malthus do perigo desenfreado da população mundial* (MEADOWS et al. *apud* BRÜSEKE, 1995, p. 30). As idéias desse relatório expressam um certo tom catastrofista, não se referindo em nenhum momento ao fato de grandes volumes de recursos serem consumidos basicamente pelos países do Norte. Tal postura, confere, dessa forma, ao crescimento populacional e à degradação dos recursos naturais pelos países do Sul a razão dos problemas ambientais globais. Além disso, *contribuiu para que parecesse natural imaginar o futuro do globo como resultado da interação das curvas de crescimento quantitativo movendo-se em cinco dimensões* (SACHS, 2000, p. 119). De acordo com as palavras do relatório, o problema ambiental se encontra diretamente relacionado ao crescimento populacional.

17 Na França, a pressão da opinião pública força o poder a criar um Ministério do Meio Ambiente e da Qualidade de Vida (DUPUY, 1980, p. 24).

18 O Clube de Roma é um grupo de cidadãos de todos os países individualmente preocupados com a crescente ameaça implícita nos muitos problemas interdependentes que se apresentam para o gênero humano (D. MEADOWS *apud* D. MASI, 1999, p. 370)

Em 1973, o canadense Maurice Strong usou pela primeira vez o conceito de *ecodesenvolvimento* para caracterizar uma concepção alternativa de política de desenvolvimento (BRÜSEKE, 1999, p. 31)¹⁹. No ano seguinte, a Declaração de Cocoyok contribui para a discussão de desenvolvimento e meio ambiente trazendo, pela primeira vez, para o debate a questão da pobreza²⁰. As posições de Cocoyok foram aprofundadas no relatório final de um projeto da Fundação Dag-Hammarsjöld, em 1975, com participação de pesquisadores e políticos de 48 países. Esse relatório

aponta e ultrapassa outros documentos, até então, para a problemática do abuso de poder e sua interligação com a degradação ecológica. (...) divide com a Declaração de Cocoyoc o otimismo e baseia na confiança de um desenvolvimento a partir da mobilização das próprias forças (self-reliance) (BRÜSEKE, 1999, p. 32).

A pobreza, até então, era considerada como dissociada da degradação ambiental. Porém com o desmatamento e desertificação em expansão *os pobres foram identificados como agentes de destruição e tornaram-se os alvos de campanhas para promover a “consciência ambiental”* (SACHS, 2000, p. 121). Assim, nessas últimas conferências, identificamos nos discursos o despertar da sensação de que o mundo é um espaço fechado, finito, de limitada capacidade de sustentação, que exige ações dos Estados-Nações concertadas entre si para que ganhem validade. Pois, os países estavam descobrindo que *não eram entidades auto-suficientes, mas sujeitos à ação de outros países. Assim, surgiu uma nova categoria de problemas: as questões globais* (SACHS, 2000, p. 118).

Emergem novamente as idéias de unidade cósmica, com base numa concepção de unidade física do planeta. Estas servem como mecanismos explicativos da “crise ecológica” e como lastro para a

19 Ignacy Sachs formulou os princípios básicos que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento: *a) satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e f) programa de educação* (BRÜSEKE, 1999, p. 31)

20 As seguintes hipóteses foram destacadas na Declaração de Cocoyok: *a) explosão populacional tem como uma das suas causas falta de recursos de qualquer tipo; pobreza gera o desequilíbrio demográfico; b) a destruição ambiental na África, Ásia e América Latina é também resultado da pobreza que leva a população carente à superutilização do solo e dos recursos vegetais; c) os países industrializados contribuem para os problemas do subdesenvolvimento por causa do seu nível exagerado de consumo.* (BRÜSEKE, 1999, p. 32)

elaboração de políticas visando a superação em nível planetário. Anuncia-se mundialmente o agravamento do problema e os mecanismos de “salvação” como dependentes de uma mobilização e adoção de ações no nível planetário, culminando com a realização da Eco 92.

Podemos perceber, a partir daí, um novo momento na formulação do conceito de *desenvolvimento*, pois ele passa a considerar questões que não eram observadas em sua concepção original: finitude dos recursos naturais, gerações futuras, “necessidades”, reformulação dos padrões de consumo etc. Ou seja, pela primeira vez, *desenvolvimento* estava cobrindo dimensões que iam além do acúmulo de riquezas. Pois, decorridas décadas do uso da idéia de desenvolvimento formulada por Trumann, vários países haviam crescido economicamente, acumulado riquezas, mas também a concentrado e degradado a qualidade de vida de suas populações e do ambiente em que elas viviam.

Diante disso, podemos perceber que além do fato do *desenvolvimento*, nos moldes em que foi proposto, não atingir o previsto, um problema enorme de degradação ambiental associado com a própria degradação da qualidade de vida dos habitantes da cidade passou a exigir que uma nova forma de equacionar esses problemas fosse pensada. Esta deveria articular três variáveis básicas: eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social, ou seja, em prática isso significava desenvolvimento econômico associado ao desenvolvimento humano. Esse impasse não passou despercebido

pelos paladinos do desenvolvimento, sendo paulatinamente incorporados como “variáveis ambientais” legítimas na discussão sobre a sociedade industrial. Em verdade, no cerne dessa visão aloja-se a fé nas soluções tecnológicas para as chamadas “externalidades” do processo produtivo. E, com isso, uma despolitização do debate ecológico foi ocorrendo, na medida mesma em que as forças hegemônicas da sociedade reconheciam e institucionalizavam aqueles temas ambientais que não colocavam em cheque as instituições da sociedade vigente (ZHOURI et al, 2005, pp. 7,8).

Foi dessa forma que a década de 90 consagrou o termo *desenvolvimento sustentável* como um *sopro de vida ao desenvolvimento* (SACHS, 2000, 118). Esvaziou o movimento ecológico de suas críticas ao modelo de produção e de seu potencial transformador, cedendo lugar ao “*ambientalismo*

de resultados”, ancorado como projeto reformador no bojo da perspectiva economicista hegemônica (ZHOURI *et al*, 2005, p. 8). O material cognitivo para esse redesenho conceptual continua preso nas amarras do papel que o capitalismo exerce como forma social universalizante, que desvaloriza qualquer outra forma de vida social.

Quando ficou óbvio, por volta de 1970, que a corrida pelo desenvolvimento realmente intensificava a pobreza, inventou-se a noção de “desenvolvimento eqüitativo” para conciliar o irreconciliável: a criação da pobreza com a abolição da pobreza. Na mesma trilha, o Relatório Brundtland incorporou a preocupação com o meio ambiente para dentro do conceito de desenvolvimento erigindo o “desenvolvimento sustentável” como abrigo conceptual tanto para agredir como para sanar o meio ambiente (SACHS, 2000, p. 121).

É um constante re-arranjo de ações que propicie melhores condições para a reprodução da trindade una da Modernidade – burocracia, capital e ciência. O problema, como veremos adiante, é que, a operacionalização do termo *desenvolvimento sustentável*, quando analisada sob a ótica da lógica da ação social instrumental de Weber, permite-nos inferir as seguintes adequações entre fins e meios. O fim deixou de ser o *desenvolvimento* por meio do crescimento econômico simplesmente e passou a ser *desenvolver-se com sustentabilidade*, ou seja, por meio do crescimento econômico aliado à manutenção da qualidade de vida e promoção da qualidade do ambiente dos homens. Na qual, a lógica do mercado é mantida como eixo articulador na elaboração do raciocínio e é a sua volta que as questões, qualidade de vida e preservação do ambiente dos homens, é pensada.

2.5 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO

No documento *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987, também conhecido como Relatório Brundtland – elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas e presidida pela então Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlen Brundtland²¹

²¹ A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente reuniu representantes de vários países, dos mais ricos aos mais pobres, para avaliar as necessidades de desenvolvimento e como atendê-las respeitando a natureza. A reunião marcou o início de uma série de outras conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas para debater temas específicos levantados durante o encontro de Estocolmo, como alimentação, moradia e população. Foi também o berço

-, desenvolvimento sustentável é concebido como *o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades*. O Relatório faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, que reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, ressaltando os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas, apontando para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

Assim, o argumento central parte

de uma visão complexa das causas dos problemas sócio-econômicos e ecológicos da sociedade global. Ele sublinha a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política e chama também a atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade mundial (BRÜSEKE, 1995, p. 33).

A pressuposição de que os horizontes de atuação no presente têm que levar em consideração suas conseqüências futuras opera uma verdadeira reviravolta na idéia de desenvolvimento. Sob este raciocínio, a idéia de desenvolvimento não pode se prender, pura e simplesmente, ao acúmulo de riquezas no presente, mas a uma nova percepção: a de *desenvolvimento sustentável*. Trata-se de uma nova modalidade de desenvolvimento pensada como

um processo de mudança no qual a exploração de recursos, a orientação de investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras; é um desenvolvimento que mantém possíveis opções futuras; é uma correção, uma retomada do crescimento alterando a qualidade do desenvolvimento; é uma mudança no teor do crescimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matéria-prima e mais equitativo em seu impacto (RIBEIRO, 1991, pp. 157,158).

Desta forma, o Relatório Brundtland, ao apresentar o termo *desenvolvimento sustentável*, centra-se muito mais na discussão a respeito da necessidade de mudanças dos padrões do estilo de vida e da produção do sistema capitalista do que em explicitar os caminhos que devem ser seguidos para processá-las. E é justamente no seu caráter mais sistêmico, ou seja, estabelecer relação entre as dimensões social, econômica, cultural e ambiental, que reside, ao mesmo tempo, o grande trunfo e a

do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), que nas duas décadas seguintes seria o responsável por colocar as questões ambientais entre as mais importantes da agenda mundial. Foi a partir de reuniões do PNUMA que se criou a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento.

maior armadilha do conceito *desenvolvimento sustentável*. Pois, além de ser marcado pela própria polissemia da noção de desenvolvimento, permite sua apropriação seletiva por segmentos com variadas orientações político-ideológicas. É neste sentido, que uma série de medidas a serem adotadas no âmbito nacional, por estados e governos, e por instituições de caráter supranacional, são estabelecidas como prioritárias na agenda política global²².

Assim, no intuito de delinear estratégias mais claras de concretização da proposta do *desenvolvimento sustentável*, representantes de países de todo o mundo se reuniram pela segunda vez para debater e propor vias de concretização da proposta do *desenvolvimento sustentável*, no Rio de Janeiro, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou simplesmente Rio 92. Desta resultaram cinco documentos que foram aprovados durante o encontro, dentre eles a “Agenda 21 – um programa de ação global”. As propostas desse documento estão organizadas por meio de 21 objetivos desdobrados em ações e recomendações que se emolduram sob temas. No entanto, não é pelo caminho do desvendamento dos 40 temas estabelecidos que enveredará nossa discussão, mas de que maneira ela traduz um espaço de debate em torno do sentido do termo *desenvolvimento sustentável*, legitimando o mercado como o predominante espaço interativo no qual os atores conseguem construir estruturas de entendimento por meio de significados partilhados entre eles.

2.6 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CONSENSO PELO MERCADO NO EMBATE ENTRE AS VOZES DO SUL E DO NORTE

22 Entre elas: a) limitação do crescimento populacional; b) garantia da alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas; h) as organizações do desenvolvimento devem adotar estratégias do desenvolvimento sustentável; i) a comunidade internacional deve proteger ecossistemas supranacionais como a Antártida, os oceanos, o espaço; j) guerras devem ser banidas; k) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável. (BRÚSEKE, 1996, p. 33)

Tradicionalmente, como viemos discutindo, o ambientalismo era caracterizado como orientação político-ideológica de um movimento social. A emergência do campo ambiental pode ser pensado no âmbito do movimento de contracultura e do ideário emancipatório dos anos 60, no qual surgem os movimentos ecológicos. A contracultura opõe-se ao paradigma ocidental moderno, industrial, científico, questionando a racionalidade e o modo de vida da sociedade industrial moderna, instituindo-se como um estilo de vida alternativo. Ao levar o ideário ambiental para a esfera pública, o ecologismo confere ao ideário ambiental uma dimensão política.

Com o tempo, a defesa do meio ambiente deixou de ser exclusividade do “movimento ecológico” para se tornar preocupação de todos: desde empresários, passando por acadêmicos, até donas-de-casa e estudantes. Passou a acontecer uma tradução das coisas “ambientais” em um vocabulário científico, deixando assim de ser mera orientação político-ideológica de movimento social para se tornar, inclusive, disciplina acadêmica.

E foi na Conferência do Rio – Eco 92 o ponto máximo da institucionalização da problemática ambiental. Trata-se de um ponto importante, já que não apenas se institucionalizou como também foram estabelecidos os termos em que se deveria dar a institucionalização. Essa *primeira definição das amarras institucionais não significa o fim da luta pela atribuição de sentido ao Desenvolvimento Sustentável; mas indica a partir daquele momento não apenas onde se dá o conflito, mas igualmente quais os seus termos* (NOBRE, 1999, p. 140). Assim, a problemática ecológica passa a ser capitaneada pela noção-síntese de *desenvolvimento sustentável*, que se constitui em um consenso mínimo a respeito da problemática ambiental. Tudo isso guiado pela crença na natureza como um bem e, em decorrência disso, por novos parâmetros de concepção da relação sociedade-natureza. Mas é justamente na forma como se operacionaliza esse princípio que reside a grande *luta concorrencial por monopólio de autoridade científica* no campo ambiental (BOURDIEU, 1983).

Grosso modo podemos distinguir vários grupos que disputam sentidos diferentes da proposta de *desenvolvimento sustentável* que dependem dos respectivos contextos situacionais no qual estão inseridos. Pois, *o sentido não é imposto pela razão nem dominado pelo sujeito-intérprete [...] a interpretação não é unívoca, depende do horizonte compreensivo dos sujeitos* (HERMANN *apud* CARVALHO, 2001, p. 36). Apesar de existirem várias vozes que discorrem sobre o desenvolvimento sustentável e disputam seu sentido, aquelas que permeiam o diálogo entre os países do Norte e do Sul, chama atenção, como ficou muito claro na própria Conferência do Rio – Eco 92.

Para os países em desenvolvimento do Sul, a demanda imediata é pela mitigação da pobreza, pela segurança alimentar e por crescimento no sentido moderno do termo. Se restrições ambientais se impõem por sobre tal caminho de crescimento modernizado, então o Sul sente dispor da justificação moral e política para solicitar alguma forma de compensação do Norte, seja acesso a nova tecnologia ou a recursos financeiros. Entrementes, no Norte, como defende o autor norte-americano Inglehart (1977) sustentabilidade é quase que exclusivamente interpretada como uma forma pós-moderna de gestão ambiental que diz respeito à necessidade de introduzir mudanças tecnológicas apropriadas para afastar a ameaça da mudança ambiental global, mas não questiona premissas filosóficas e os valores fundamentais de uma sociedade moderna industrializada.

A partir disso, os países do Sul propuseram a criação de um “Fundo Verde” para o qual os países do Norte deveriam cumprir a meta de 0,7% dos seus PIBs como auxílio padrão de desenvolvimento. Os países do Norte não só não se comprometeram com isso, como procuraram vincular toda a transferência de recursos ao Global Environment Facility (GEF), um fundo criado em 1990 e composto pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e pelo Banco Mundial. Com isso, fortaleceu-se o papel do Banco Mundial, já que este tem uma clara hegemonia sobre o

GEF e, com isso em alguma medida, o debate no campo ambiental do *desenvolvimento sustentável* se institucionalizou em seu âmbito. Isso é de grande importância, pois o consenso em torno do sentido que se deve atribuir à proposta de *desenvolvimento sustentável* gira em torno justamente daquela apresentada pelo Banco Mundial. Tal situação esvazia qualquer contestação dos países do Sul quanto à necessidade de *compensações* por seu não-desenvolvimento e quanto às intervenções dos países do Norte em seus projetos ambientais nacionais.

O Banco Mundial foi uma das instituições criadas no Acordo de Bretton Woods, 1944, com intuito de promover o investimento internacional e manter a estabilidade do câmbio, além de tratar de problemas de balanças de pagamento. Nestes termos que o Banco Mundial, por meio de empréstimos a estados e governos, fomenta a realização de políticas públicas e assessora programas que visam reduzir a pobreza e melhorar os padrões de vida nos países considerados em desenvolvimento. Seu programa de ação possui como prioridade os seguintes itens: investir nas pessoas, proteger o meio ambiente, estimular o crescimento do setor privado, promover reforma econômica, combater a corrupção, assistir os países afetados por conflitos e alavancar os investimentos. Essas prioridades são concretizadas através de diversos programas.

Nesse sentido, a saída vislumbrada pelo Banco Mundial para o desenvolvimento dos países *pobres* é dotá-los de capacidade competitiva para disputar em pé de igualdade no *mercado* com outros países, por meio de seus receituários, para que, assim, possam realizar seus interesses de modernização. Pressupõe-se, desta forma, a clara crença no mercado como um instrumento que se auto-regula e, ao assim proceder, regula as relações sociais.

Nesse raciocínio, para o Banco Mundial, *Desenvolvimento Sustentável* é o desenvolvimento que dura. Isso quer dizer que deixou de ser o *desenvolvimento* por meio do crescimento econômico simplesmente e passou a ser *desenvolver-se com sustentabilidade*, ou seja, por meio do crescimento

econômico aliado à manutenção da qualidade de vida e promoção da qualidade do ambiente dos homens. Na qual, a lógica do mercado é mantida como eixo articulador, sistematizada da seguinte maneira:

- *Conseguir um crescimento substancial na renda e na produtividade nos países em desenvolvimento.*
- *Gerenciar as transições sociais, econômicas e ambientais para um mundo predominantemente urbano.*
- *Atender às necessidades de centenas de milhões de pessoas que vivem em terras ambientalmente frágeis.*
- *Colher os "dividendos demográficos" observados no declínio das taxas de dependência e na redução do ritmo do crescimento demográfico.*
- *Evitar as pressões sociais e ambientais - nos níveis local e global - que provavelmente surgirão no caminho para uma economia mundial de US\$140 trilhões (ZMARAK SHALIZI, autor principal do Relatório sobre Desenvolvimento Sustentável de 2003)*

Como podemos perceber essa afirmação possui dois elementos condutores do raciocínio: 1) o “gerenciamento” de recursos naturais e do crescimento populacional e 2) a esfera econômica qualificada como pré-condição de realização de um desenvolvimento sustentável. Argumento que não nega as orientações político-ideológicas que conformam o sistema ideacional da instituição, que, de alguma forma, continua reproduzindo o discurso de Truman de 1945.

Essa lógica ilustra de forma bem clara o *sistema ideacional* no qual o Banco Mundial está inserido. A partir do pressuposto de que o capitalismo representa uma forma social universalizante, o Banco Mundial é só mais um dos mecanismos utilizados para a difusão de seus preceitos econômicos, principalmente os neoliberais. Isso porque, recorrendo ao raciocínio de Bourdieu (1983), um sistema simbólico, estruturante de um padrão cognitivo, só consegue exercer seu poder de conhecimento e comunicação, porque é estruturado em uma linguagem que expressa uma visão de mundo. Esta ao ser difundida possibilita a produção de um consenso em torno de seu discurso e a legitimação de sua consecução, garantindo sua inserção nas sociedades sobre as quais atua, conformando padrões de comportamento e decisão necessários para a reprodução do mesmo. Como bem já nos avisou o antropólogo Victor Turner (1980), os símbolos desempenham o papel de solução de contradições.

É justamente no que se refere a isso que julgamos pertinente discutir o ambientalismo em termos de campo científico nos moldes propostos por Pierre Bourdieu.

O campo científico é um lugar de luta concorrencial e o que está em jogo é o monopólio da autoridade científica definida como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (BOURDIEU, 1983, p. 122)

Podemos entender o campo científico proposto por Bourdieu (1983) como uma grande arena onde permeiam diferentes padrões cognitivos que orientam o indivíduo nos processos de entendimento e inserção na realidade. Cada um desses padrões cognitivos são constituídos por princípios, normas, valores, tradição, crenças que, ao serem compartilhados pelos indivíduos, permite-os que conheçam o mundo sob um processo cognitivo. Esse compartilhar gera uma intersubjetividade entre os indivíduos, construída por interações ao longo do tempo, que não apenas limita ou capacita os indivíduos no processo de entendimento da realidade social, mas também define sua realidade social. Essa intersubjetividade se constitui com e na linguagem. Pois a linguagem é que possibilita o indivíduo atribuir sentido às coisas, pois na linguagem, há grupo de palavras fixo que carrega a experiência cultural. Cada grupo de som de uma linguagem representaria um grupo de idéias. A linguagem seria, portanto, a própria sistematização da experiência de um grupo (BOAS, 1985). Quando os sentidos são deduzidos de um mesmo padrão cognitivo há possibilidade de comunicação.

No entanto, é importante dizer que esse compartilhar de sentidos e significados não é o suficiente para que exista um equilíbrio ou consenso entre tendências concorrentes. Ou seja, dentro de um padrão cognitivo podem existir, nos termos de Bourdieu (1983), idéias dominantes e idéias dominadas. Mas em ambos os casos, as idéias devem ter autoridade e legitimidade para evocar a verdade. Quando ocorre de uma idéia ser dominante em relação às outras é porque seus agentes

conseguem moldar a realidade em torno de significados autorizados (científicos ou não), tornando muito difícil a seus oponentes desconstruí-las. No entanto, isso não invalida a existência de uma intersubjetividade entre elas.

Retornemos ao nosso objeto de estudo e consideremos o caso do desenvolvimento sustentável. Condições físicas levaram indivíduos a desenvolver em suas mentes esse conceito normativo e causal. Após ter circulado intensamente, o conceito foi oficialmente adotado pela Comissão Mundial sobre o Ambiente e o Desenvolvimento em 1978, e mais tarde pela Conferência do Rio – Eco 92.. O desenvolvimento sustentável se tornou a *doxa* – a linguagem comum – do campo ambiental, com base no qual problemas e soluções referentes ao meio ambiente e desenvolvimento são analisadas e repertórios de ação são formulados. E é por meio dela que atores guiados por orientações diferentes partilham uma intersubjetividade.

Por haver mais de um sentido atribuído ao *desenvolvimento sustentável*, e por alguns deles serem conflitantes, podemos demarcar um ponto convergência específico que pode ser caracterizado, de modo geral, como a produção e reprodução da crença na natureza como um bem. Essa identificação de uma problemática central nos permite apontar uma visão de mundo, um circuito de produção de conhecimento, um espaço de comunicação e uma arena de ação da proposta de *desenvolvimento sustentável*.

A invenção do ambiental pelo conjunto de movimentos, associações, corpo de especialistas, publicações, estilos de ação política de seus militantes, vocabulário próprio, formas de pensar etc., é ao mesmo tempo resultado e causa da estruturação do campo que, para afirmar-se como sistema simbólico eficaz e estruturante de sentidos na sociedade, necessita estar estruturado. (CARVALHO, 2001, p. 38)

Indo um pouco mais além, essa afirmação nos leva a uma outra de Bourdieu (1983, p. 9) que nos diz: os “*sistemas simbólicos*”, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. Ou seja, um sistema simbólico, estruturante de um padrão cognitivo, só consegue exercer seu poder de conhecimento e

comunicação porque é estruturado em uma linguagem que expressa uma visão de mundo. Esta consiste em interesses particulares de determinado ator que são estendidos ao caráter universal de tal forma que todos os demais possam compartilhar. Como o capitalismo é a forma social universalizante, este consenso de entendimento se concretiza no mercado. *O mercado tende a transformar-se no único meio de comunicação social, mesmo entre aqueles que estão intimamente relacionados* (BERTHOUD, 2000, p. 149). Pois,

o fenômeno do dinheiro, e mais geralmente do sistema de mercado, inclui uma referência a alguma coisa que foi internalizada em cada um de nós. Um sentimento difuso de pertencer, que se manifesta através de valores comuns, uma única linguagem, e um único conjunto de obrigações morais, seguranças, hábitos e até tipos de hierarquias compartilhados pela maioria – todos esses elementos são condições necessárias para o funcionamento do mercado (BERTHOUD, 2000, p. 144)

É sobre essa gama de elementos que criam condições necessárias para o funcionamento do mercado, que se legitima o termo *desenvolvimento sustentável*. Assim como todas as ações que lhe são derivadas para garantir sua operacionalização, como por exemplo, o Protocolo de Quioto, tema de nosso próximo item de discussão.

CAPÍTULO III

DO CONFLITO ENTRE

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL X MERCADO

3.1 INTRODUÇÃO

Dando cabo a nossa linha de raciocínio, a Modernidade deu ensejo a um modo de vida no qual o mercado passa a ser a fonte principal das diretrizes que orientam a ação individual e coletiva, ordenando a sociedade - processo que ficou muito bem ilustrado no capítulo anterior, quando discutimos a Eco-92. Uma das grandes implicações resultantes desse processo é que qualquer relacionamento, em nível privado ou coletivo, deve ser forçosamente útil para as partes envolvidas.

Ou seja,

se uma delas não possui algo tangível a oferecer, a outra não terá qualquer motivo para prosseguir com esse relacionamento assimétrico. Do ponto de vista de uma moralidade tradicional, tal posição seria considerada egoísta ou até cínica; para o utilitarismo da mente contemporânea, no entanto, ela parece normal (BERTHOUD, 2000, p. 133).

Esse raciocínio é presente tanto na compreensão da institucionalização - e os termos em que esta deveria se dar - do sentido atribuído ao *desenvolvimento sustentável* no âmbito do Banco Mundial na Eco-92, como na avaliação da lógica que se reproduz no acordo de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)²³ – Protocolo de Quioto. Pois, em ambos o mercado aparece como o

²³ De acordo com o Anexo A do Protocolo de Quioto, são Gases de Efeito Estufa (GEE): o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O), os hidrofluorcarbonos (HFCs), os perfluorcarbonos (PFCs) e o hexafluoreto de

espaço interativo hegemônico, no qual os atores conseguem construir estruturas de entendimento por meio de significados partilhados entre eles.

Os Estados se sentiram motivados a cooperar e assinar o Protocolo de Quioto, quando os custos da cooperação se tornaram menores do que os custos das conseqüências da cooperação. Ou seja, quando se abriu a possibilidade de haver algo tangível a se oferecer e ganhar com a cooperação. Essa situação foi viabilizada pela criação de “mecanismos flexíveis” que permitem a comercialização de Equivalentes da Redução de Emissões de CO₂ - os RCEs (Reduções Certificadas de Emissões). Nesse ponto, um instrumento específico nos chama atenção e se torna alvo de nossa discussão: o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL -, que está previsto no artigo 12 do Protocolo de Quioto.

3.2 NEGOCIAÇÕES QUE ANTECEDERAM À ASSINATURA DO PROTOCOLO DE QUIOTO

São dois os principais tratados que disciplinam as iniciativas de conter os efeitos do aquecimento global: a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) e o Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima²⁴. A CQNUMC estabeleceu um compromisso geral de redução da emissão de GEE, contendo algumas amplas exigências, que entrou em vigor em 21 de março de 1994²⁵. Os principais aspectos e

enxofre (SF₆).

²⁴ Nos anos 90 eram grandes as pressões para a criação de um tratado mundial para cuidar dos problemas afeitos à mudança climática. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) responderam a essas pressões criando um grupo de trabalho intergovernamental que se encarregou de preparar negociações desse tratado. Desde então, fizeram-se enormes progressos nas áreas científica – criação do Painel Intergovernamental em Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change* – IPCC) - e política - criação da Organização das Nações Unidas estabelecendo o Comitê Intergovernamental de Negociação para a Convenção Quadro sobre a Mudança do Clima (INC/FCC), que mais tarde culminou na criação da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), em inglês *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC).

²⁵ Vale dizer que a Convenção e o Protocolo são implementados no nível internacional pelo apoio e ação de várias instituições, a saber:

- COP/MOP – Conferência das Partes ou Encontro das Partes
- SBSTA – Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico
- SBI – Órgão Subsidiário de Implementação

compromissos contidos na Convenção são:

- Reconhece que o problema do aquecimento global existe;
- Estabelece o objetivo de estabilizar as “concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica (provocada pelo homem) perigosa no sistema climático”;
- Estabelece a obrigatoriedade do desenvolvimento de programas nacionais que atenuem a mudança do clima e encoraja os países membros a compartilhar tecnologias e a cooperar de outras maneiras para redução das emissões de GEE;
- Incentiva pesquisa científica sobre a mudança do clima e estabelece que os países atualizem periodicamente inventário de GEE listando fontes nacionais e “sumidouros”²⁶;
- Atribui aos países ricos a maior cota de responsabilidade na luta contra a mudança do clima e também a maior parte da conta a pagar, já que a maior parte das emissões do passado e as atuais são originárias dos países desenvolvidos. A maioria dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e os países da Europa Central e do Leste, conhecidos como países do Anexo I da Convenção, obrigaram-se a adotar políticas e medidas para redução de suas emissões de GEE para os níveis de emissão do ano de 1990, até o ano de 2000;
- Estipula obrigações específicas em matéria de transferências financeiras e tecnológicas aos 24 países desenvolvidos da OCDE, que concordam em apoiar as atividades relativas à mudança do clima nos países em desenvolvimento, fornecendo apoio financeiro além de qualquer assistência financeira que já prestem a esses países;
- Reconhece e reforça a proposta de *desenvolvimento sustentável*, segundo o qual a humanidade tem que encontrar caminhos para aliviar a pobreza de um número enorme e crescente de pessoas sem destruir o ambiente natural do qual depende toda a vida humana;
- Exige que tecnologias e conhecimentos técnicos ambientalmente saudáveis sejam desenvolvidos e compartilhados (Efeito Estufa e a Convenção sobre o Clima, 1999).

A partir disso, podemos identificar dois princípios norteadores da lógica de raciocínio utilizada nos escritos da Convenção: o da precaução diante das incertezas científicas e o das responsabilidades comuns, mas papéis diferenciados em sua realização. O primeiro destaca que a ausência de plena certeza científica quanto aos efeitos e motivos do aquecimento global não deve ser usada como justificativa para que os Estados posterguem as ações para prevenir e combater o aquecimento global²⁷. O segundo princípio afirma que *a maior parcela das emissões globais, históricas e atuais*

-
- Bureaux – equipes que organizam e conduzem os trabalhos das COPs
 - GEF (*Global Environmental Facility*) – Fundo Ambiental Global, mecanismo financeiro para apoio aos países no cumprimento de parte das obrigações
 - IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, grupo de assessoramento científico estabelecido pela ONU
 - Secretariado – fornece apoio permanente para realização das conferências e encontros dos órgãos e à implementação dos tratados.

²⁶ Entende-se por *sumidouro* quaisquer processos, atividades ou mecanismos, incluindo a biomassa e, em especial, florestas e oceanos, que têm propriedade de remover um gás de efeito estufa, aerossóis ou precursores de gases de efeito estufa da atmosfera. Podem constituir-se também de outros ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos (Efeito Estufa e a Convenção sobre a Mudança do Clima, 1999).

²⁷ É no sentido de desenvolver estudos científicos que comprovem motivos e efeitos do aquecimento global e

dos gases de efeito estufa é originária dos países desenvolvidos (CAMPOS *et al*, 2001, p. 31).

Logo, estes devem ter maior responsabilidade pelo aquecimento global do que os países em desenvolvimento. Isso significa que o papel a ser exercido pelos países em desenvolvimento será diferente daquele exercido pelos países desenvolvidos em decorrência do nível de poluição que cada um emite.

É com base nesse princípio que dois grupos foram criados: aqueles que compõem o Anexo I²⁸ – aos quais foram delegados certo número de compromissos exclusivos em função de responsabilidades históricas - e os não-Anexo I – isentos de determinadas obrigações, que são os países em desenvolvimento. Tais divisões se traduziram em coalizões conformadas pelos países presentes na Primeira Conferência das Partes da Convenção (COP1)²⁹, realizada em Berlim (Alemanha, 1995), que teve como objetivo a revisão e readequação das metas estabelecidas pela UNFCCC. Como pode ser visualizado no quadro abaixo:

avaliações técnicas que se façam necessárias que atua o Painel Intergovernamental em Mudanças Climáticas. Este é constituído por um grupo de cientistas espalhados pelo mundo inteiro que entrega anualmente relatórios de avaliação referentes às mudanças climáticas e seus possíveis impactos globais.

28 Os países do Anexo I são os pertencentes à União Européia, os países membros da OCDE – Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Económico – países industrializados da ex-União Soviética e do Leste Europeu.

29 A Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP's) é o órgão supremo da Convenção que reúne regularmente os países que assinaram e ratificaram a Convenção. Os signatários devem se reunir anualmente, exceto se decidido de forma diferente pelas partes. Reuniu-se 10 vezes desde 1995, tendo o último encontro acontecido no final de 2004, em Buenos Aires.

QUADRO II –
POSIÇÃO DOS PAÍSES EM RELAÇÃO AO
QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA
(UNFCCC)

As alegações expressas pelos países traduzem o conflito de interesses decorrentes do modelo econômico neles existente. Isto porque as decisões tomadas pelos países que assinarem o Protocolo resultarão em fortes conseqüências econômicas, que atingirão diretamente o desenvolvimento de suas economias nos planos interno e externo. Caso apenas um país adote medidas de regulamentação para tornar “limpas” as estruturas produtivas das empresas que cedia, este, necessariamente, incorrerá em perdas em relação às economias dos demais países, uma vez que seus produtos se encarecerão. No caso do aquecimento global, a determinação de limites para liberação de GEE pode provocar uma desindustrialização. Para que nenhum país seja economicamente prejudicado em relação aos demais, seria necessário que todos adotassem medidas para solucionar os problemas ambientais ao mesmo tempo. Dessa forma, todos incorreriam nos mesmos custos adicionais, não havendo mudança dos termos de troca. Pois, as atividades humanas que produzem GEE são

fundamentais para a economia e para o dia-dia da vida moderna, tais como a queima de petróleo, a partir de seus diversos usos, a utilização de carvão mineral, óleo e gás natural para geração de energia e aquecimento residencial e comercial, e até para fabricação de cimento.

Nesse âmbito, algumas posições merecem destaque. A proposta dos Estados Unidos – atingir emissões equivalentes ao nível de 1990 entre os anos de 2008 e 2012 – foi rebatida duramente pela União Européia, que pressionava no sentido de, em 2010, apresentar a redução de 15% no nível de 1990. Além disso, o Senado americano recomendou que o Presidente Bill Clinton só assinasse o acordo de redução ou limitação de GEE caso os países não-Anexo I concordassem com algum compromisso de limitação ou redução no mesmo período. Posição esta que também foi adotada pela Austrália, Japão e Canadá. Por outro lado, os países insulares, conhecidos pela sigla AOSIS (*Aliance of Small Island States*), ameaçados pela suposta elevação do nível do mar, propuseram metas bastante rigorosas de redução de emissões de GEE, consideradas impossíveis de serem alcançadas por todos os outros (MUYLAERT, 2000).

Com tantas divergências, os países reconheceram, neste encontro, a necessidade da adoção de um protocolo ou outro instrumento legal multilateral que fortalecesse os compromissos assumidos em 1992 pelas partes do Anexo I: limites de emissões dos GEE e definição do calendário a ser cumprido. E para negociar e acompanhar a implementação dessas ações foi adotada a estratégia de Atividades Implementadas Conjuntamente (AIJ – *Activities Implemented Joyintly*) e criado o Grupo de Trabalho *ad hoc* sobre o Mandato de Berlim (AGBM). É a este grupo que é apresentada a proposta brasileira de criação de um Fundo de Desenvolvimento Limpo – embrião do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - que estabelece critério para divisão do ônus da mitigação da mudança do clima baseado na responsabilidade dos diferentes países em causarem o aquecimento global e propõe uma multa proporcional ao aumento da temperatura causado pelo não cumprimento das

metas³⁰). Além disso, o Grupo de Trabalho *ad hoc* sobre o Mandato de Berlim fica responsável pelo início da redação do esboço de um Protocolo a ser apresentado na Terceira Conferência das Partes (COP-3).

A Segunda Conferência das Partes (COP-2), realizada em Genebra, Suíça, em julho de 1996, resultou na “Declaração de Genebra” que aprovou as conclusões do IPCC, no que se refere à necessidade de medidas mais objetivas para as reduções de emissões de GEE. Além disso, ficou estabelecido que países em desenvolvimento (pertencentes ao Não-Anexo I) poderiam enviar uma comunicação preliminar a UNFCCC, solicitando ajuda financeira e tecnológica proveniente do GEF para desenvolvimento de tecnologias que possibilitem a redução das emissões GEE.

3.2.1 A TERCEIRA CONFERÊNCIA DAS PARTES E A ASSINATURA DO PROTOCOLO DE QUIOTO

Foi na Terceira Conferência das Partes (COP-3), realizada em Quioto, Japão em 1997, que foi assinado o Protocolo de Quioto. Esta ocasião teve a presença de aproximadamente 10 mil participantes, incluindo representantes de governos de mais de 160 países com depoimentos de cerca de 125 ministros, organizações não governamentais, organizações intergovernamentais e imprensa. O Protocolo teve como objetivo sistematizar metas e prazos para as reduções das emissões de GEE – dentre os gases de efeito estufa, destaca-se o dióxido de carbono, CO₂³¹, emitido na combustão de carvão e derivados de petróleo - dos países desenvolvidos em pelos menos 5,2% em relação às emissões de 1990 no período que vai de 2008 a 2012. Esta redução seria obtida com

30 Como poderá ser visto adiante, as negociações do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo se iniciam nesse momento – maio de 1997 - e só serão finalizadas com o Acordo de Marraqueche em novembro de 2001.

31 O CO₂ representa aproximadamente 55% do total de GEE.

os seguintes cortes nos países mais industrializados que se tornaram signatários do acordo:

- 8% na Suíça, na Europa Central, no Leste Europeu e na União Européia, que depois redistribuiria internamente este percentual para os seus países membros;
- 7% nos Estados Unidos;
- 6% no Canadá, Hungria, Japão e Polônia.

Alguns países como a Rússia³² e Ucrânia não assumiriam o compromisso de redução e outros como Islândia, Austrália e Noruega ainda teriam permissão para aumentar suas emissões. Essa celebração contou com a assinatura de 39 países desenvolvidos e ficou estabelecido, de acordo com seu artigo 25, que o Protocolo entraria em vigor 90 dias após a adesão de um certo número de países que, somados, sejam responsáveis por pelo menos 55% do total das emissões mundiais.

A não complacência de alguma Parte estaria sujeita a penalidades dentro do Protocolo. Vale dizer que, assim como em tratados, convenções, protocolos e acordos internacionais, cada país deve ratificar sua adesão ao acordo através de seu parlamento ou instância governamental correspondente. Não havendo a ratificação pelo Parlamento ou instância governamental o Protocolo não possui validade efetiva. Assim, o fato dos países terem assinado o Protocolo na COP-3, assumindo a redução de emissão de GEE, não significa que o acordo tenha validade efetiva. Além disso, o ato de assinar a convenção não significa que os países envolvidos estejam de acordo em resolver imediatamente o problema, mas sim de estabelecerem discussões para formatar soluções para enfrentar o problema. Nesses termos, para que o Protocolo entre em vigor se faz necessário que um certo número de países, quando somados sejam responsáveis por pelo menos 55% das emissões mundiais, ratifique o acordo junto ao seu Parlamento ou instância governamental responsável.

Em um primeiro momento, não foram estipuladas reduções de emissão para os países em

³² A Federação Russa não assumiu o compromisso de redução durante o Primeiro Período de Compromisso devido à grande redução involuntária de suas emissões causada pela crise de sua economia na década de 90.

desenvolvimento, mas de acordo com resoluções do Protocolo, estes países juntamente com os países desenvolvidos devem desempenhar as seguintes atividades:

- estabelecer medidas para limitar as emissões de GEE;
- promover adaptações para futuros impactos de mudança climática;
- enviar informações ou comunicações nacionais (*national communications*) sobre seus inventários de emissões de GEE e programas de mudança climática ao secretariado da Convenção;
- incentivar e promover transferência de tecnologias;
- cooperar pesquisas científicas e tecnológicas; e,
- oferecer treinamento e educação para a conscientização do público em geral sobre a mudança climática e seus impactos.

Como não foi possível encerrar todas as atividades afins ao Protocolo na sessão da Terceira Conferência das Partes, a reunião do ano seguinte, ocorrida em Buenos Aires, incumbiu-se de tal tarefa. Além disso, conseguiu o acordo para um plano de ação que estabeleceria as regras do Protocolo e que seria a base para a reunião de 1999, em Bonn: o Plano de Ação de Buenos Aires³³.

Neste está estabelecido um pacote de metas sistematizadas pelos seguintes temas:

- Mecanismos de financiamento;
- Desenvolvimento e transferência de tecnologias;
- Implementação dos artigos 4.8 e 4.9 da Convenção³⁴;
- Atividades Implementadas Conjuntamente em fase piloto;
- Programa de trabalho dos mecanismos do Protocolo de Quioto;

Nesse sentido, importantes acordos políticos foram alcançados em relação às regras operacionais do Protocolo de Quioto. Principalmente no que se refere ao sistema de troca de emissões, à contagem de redução de emissões dos sumidouros de carbono e o regime de *compliance*, que permitirá que as

³³ O Plano de Ação de Buenos Aires pode ser lido na íntegra em arquivo PDF no seguinte endereço: <http://unfccc.int/resource/docs/cop4/16a01.pdf>.

³⁴ Estes artigos se referem às obrigações dos países signatários no fornecimento de auxílio financeiro e transferência de tecnologias aos países em desenvolvimento e/ou mais suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas.

ações operacionais se mantenham em conformidade com as regras estabelecidas. Firmaram-se também regras que delinearão o pacote de suporte técnico e financeiro que permitirão aos países em desenvolvimento contribuírem com o regime.

As ações delineadas no âmbito de cada um desses temas foram discutidas e definidas na Quinta Conferência das Partes (COP-5) realizada em Bonn, Alemanha, no período entre 25 de outubro e 05 de novembro de 1999. A partir disso, os atores participantes deveriam iniciar um intenso trabalho preparatório, a ser apresentado para acordo na Sexta Conferência das Partes (COP-6), de definição de estratégias, ações e regras do Protocolo de Quioto.

3.2.2 A SEXTA CONFERÊNCIA DAS PARTES E OS ENTRAVES QUE SUCEDERAM A ASSINATURA DO PROTOCOLO DE QUIOTO

Mas, sem nenhuma dúvida, foi na Sexta Conferência das Partes (COP-6) realizada em Haia, Países Baixos, no período entre 13 a 24 de novembro de 2000, que se pode identificar uma situação máxima de não conciliação entre a posição dos atores envolvidos no processo de negociação. A COP-6 tinha como principal objetivo a definição de regras para o Protocolo de Quioto. Nesse âmbito, as questões discutidas se referiam principalmente ao Plano de Ação de Buenos Aires, às questões de financiamento dos países em desenvolvimento e aos aspectos relativos ao Comércio de Emissões de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo.

Dois pontos constituíram o ponto alto da discussão e divisor das posições assumidas pelos Estados Unidos e pela União Européia: a idéia de cotas comercializáveis e o não estabelecimento de metas

de redução de GEE para os países em desenvolvimento. A União Européia não reconheceu a ação dos créditos por seqüestro de carbono através do manejo das florestas e do solo, por acreditar que esses créditos podem significar, ao invés de redução, aumento das emissões. E, em conjunto com o bloco dos países em desenvolvimento negou, desacordando com os Estados Unidos, o estabelecimento de metas de redução de GEE para os países em desenvolvimento nesse primeiro momento. Diante dessas decisões, os Estados Unidos se indignaram e se prontificaram a não ratificar o acordo nos termos em que as negociações estão estabelecidas, renunciando-o. Tal posição foi muito bem ilustrada pela fala do seu representante, subsecretário para assuntos globais, Frank Loy, que foi empastelado por uma torta de um ativista ambiental: *é preciso urgência para natureza, mas ainda é importante levar em conta os interesses econômicos. O que os Estados Unidos querem é um acordo forte, nem mais caro nem mais doloroso que o estritamente necessário.*

Com tantas divergências, a COP-6 não pôde ser concluída. O Presidente da COP-6, Jan Pronk, divulgou uma nota de sua autoria tratando de questões essenciais que permaneceram sem solução nos documentos transmitidos à Conferência pelos seus órgãos subsidiários e convocando uma nova reunião, na qual esses itens seriam retomados. Assim, foi realizada uma Sexta Conferência das Partes “bis” em Bonn, Alemanha, no período entre 16 a 27 de julho de 2001.

Vale dizer que meses antes da realização dessa Conferência, em março de 2001, o governo Bush anunciou oficialmente que se retirava do Protocolo de Quioto por considerá-lo inapropriado para lidar com a mudança climática por duas razões: *a falta de relevância depositada aos mecanismos de mercado e o não estabelecimento de compromisso para os países de renda média com rápido crescimento de emissões* (VIOLA, 2002, p. 33). A saída dos Estados Unidos causou furor na comunidade internacional e evidenciou o argumento do presente estudo em que as questões relativas ao meio ambiente, em decorrência de um modo de vida gerado pela modernidade, são operadas por uma visão de mundo em que o mercado aparece como espaço interativo hegemônico,

no qual os atores conseguem construir estruturas de entendimento por meio de significados partilhados entre eles.

Tanto que, nesse momento, com a saída dos Estados Unidos, a posição negociadora da União Européia baseou-se no princípio de que um acordo mínimo seria melhor do que o encerramento do Protocolo de Quioto. a arrogância de Bush transformou o Protocolo numa espécie carro-chefe da política exterior da União Européia (VIOLA, 2002, p. 34). Assim, a reunião ficou conhecida como aquela que “salvou” o Protocolo. O êxito das ações foi decorrente, principalmente, de um acordo em que concessões foram feitas para agradar aos interesses dos países em conflito, no qual a União Européia teve de ceder em vários pontos:

Reconhecer os créditos por seqüestro de carbono através do manejo das florestas e do solo; não colocar restrições ao uso dos mecanismos flexibilizadores; e aceitar um regime reduzido de sanções. Nessas três esferas, o acordo obtido ficou muito aquém daquele proposto pelo governo Clinton em Haia (2000) e que tinha sido rejeitado pela União Européia. Em outra frente, para conseguir apoio ativo dos países não pertencentes ao Anexo I, a União Européia mobilizou o Canadá, a Noruega, a Suíça, a Nova Zelândia e a Islândia [ex-grupo dos Estados Unidos] no sentido de prometer financiamentos adicionais (em torno de meio bilhão de dólares por ano) para o desenvolvimento de capacidades institucionais e de transferência de tecnologias limpas, a partir de 2005 (VIOLA, 2002, p. 33).

A partir disso, um aspecto nos chama atenção por evidenciar o contexto contraditório em que se realizam as negociações do Protocolo. Diz respeito ao importante papel que os mecanismos flexibilizadores, a questão dos sumidouros de carbono e o financiamento de tecnologias “limpas” exercem no andamento ou entrave das negociações. A evidência disso são as próprias concessões feitas pela União Européia ao ex-grupo dos Estados Unidos por medo do Protocolo de Quioto não seguir adiante. Isso se deve ao fato de que essas ações são uma saída vislumbrada por esses países de reduzirem os custos advindos do cumprimento das metas de redução dos GEE. Isso significa que para o Protocolo deixar de ser apenas um anseio universalista da humanidade em equacionar problemas vinculados aos bens comuns/coletivos globais³⁵, deve pressupor algo tangível a oferecer

³⁵ A atmosfera é um bem público global, pois sua utilização por um ator não deve excluir a possibilidade de utilização por outro (VIOLA, 2002).

para as partes envolvidas.

Tal situação nos coloca diante de um conflito de racionalidades existente nas negociações do acordo. Em termos weberianos, isso retrata uma tensão entre as ações orientadas por valores (a motivação dos países em elaborarem o Protocolo de Quioto para equacionar problemas de algo – a atmosfera – que é um bem comum) e as ações delineadas para operacionalizar tal acordo que obedecem a uma racionalidade instrumental – na qual a lógica de mercado tem primazia sobre as demais.

E foi justamente no tom de fazer mais concessões às pressões dos *países-vozes* do mercado (ex-grupo dos Estados Unidos) que se sucedeu a Sétima Conferência das Partes – COP-7 - realizada em Marraqueche, Marrocos, no período entre 29 de outubro e 9 de novembro de 2001. O “Acordo de Marraqueche”, entre outras coisas, define as regras operacionais dos mecanismos de flexibilização (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, Implementação Conjunta e Comércio de Emissões).

Os mecanismos de flexibilização implantaram a categoria de créditos ou certificados de carbono, como forma de se tornarem mais atrativas as reduções globais de emissão, e, a partir desse momento estabeleceu-se um mercado onde os bens a serem transacionados seriam aqueles próprios créditos, ou seja, um mercado para créditos de mercado. Este mercado recebeu o nome genérico de “Mercado de Carbono”. Trata-se de atribuir valores à utilização dos recursos naturais ou à sua dissipação, taxando direitos de poluição, para que os mecanismos de mercado possam dar conta da alocação de recursos.

Assim, de maior responsável pelo aumento do efeito estufa, o carbono passa a ser uma espécie de *commodity*. Sob a lógica do raciocínio que estamos desenvolvendo nesse estudo, isso se justifica

pela inversão de prioridades que o mercado estabelece, por ser este ainda, o único espaço interativo no qual os atores conseguem construir estruturas de entendimento por meio de significados partilhados entre eles, em virtude do quadro idéias e de valor que o processo de racionalização gerou. Assim, se inicialmente o fim da adoção do Protocolo era a redução da emissão de GEE, prioritariamente o CO₂, por meio da implementação de uma série de medidas o GEE se torna meio para realização de um outro fim: a consolidação do “Mercado de Carbono”. Os mecanismos de flexibilização conferem ao CO₂ – por meio do “Mercado de Carbono” - o papel de meio para que a ação de redução das emissões de GEE se realize sem comprometer as economias dos países signatários do Protocolo.

E foi a discussão quanto às regras e procedimentos a serem adotados no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e dos projetos de florestamento e reflorestamento o mote da Oitava Conferência das Partes – COP-8 – em Nova Deli, Índia (23/10 a 01/011 de 2002), da Nona Conferência das Partes – COP-9 – em Milão, Itália (01 a 12/012 de 2003) e da Décima Conferência das Partes – COP – 10 -, Buenos Aires, Argentina (06 a 12/12 de 2004). Quanto a essa última, vale apontar o posicionamento da Arábia Saudita ao lado dos Estados Unidos na implementação de táticas deliberadas de obstrução e de adiamento das discussões.

Além disso, nessa mesma conferência, ressalta-se também a posição do Brasil com o lançamento do Mercado Brasileiro para Redução de Emissões (MBRE) – ação permitida por um tipo de mecanismo que flexibiliza o cumprimento das metas de redução de emissão: o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - previsto para entrar em vigor até o final de 2005, que funcionará como uma plataforma de negociação de títulos emitidos por projetos que promovam a redução das emissões de GEE.

3.3 A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS NEGOCIAÇÕES DO PROTOCOLO DE QUIOTO

É importante observar que nas conferências de discussão das ações do Protocolo de Quioto, o Brasil se opôs a

compromissos de redução da taxa de crescimento futuro das emissões de carbono por parte dos países emergentes, ao estabelecimento de mecanismos flexibilizadores de mercado e à inclusão das emissões derivadas de mudança do uso da terra (VIOLA, 2002, p. 25).

A opinião de que os países em desenvolvimento não devem adotar metas de redução das emissões de GEE, causou-lhe vários momentos de confronto, particularmente, com os Estados Unidos e com a Argentina. O princípio que norteia a posição do Brasil nesse aspecto, apesar de utópica por estar distante da realidade efetiva do poder mundial, é a de que *as emissões deveriam ser calculadas diacronicamente, ou seja, a partir da acumulação de emissão ocorrida desde o final do século XVIII e não apenas a partir do ano base de 1990 (VIOLA, 2002, p. 39)*. Essa posição é tecnicamente válida, porém efetivamente inviável em decorrência do baixo poder de barganha que os países em desenvolvimento e, inclusive o Brasil, detém nesse processo de negociação. Em termos de coalizão, isso significou em um forte embate com os Estados Unidos que são a favor de compromissos de redução de emissão de GEE para os países em desenvolvimento no primeiro período (2010).

Quanto à oposição aos mecanismos de flexibilização a posição do Brasil se alterou em função do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, mas não significou uma aliança com os Estados Unidos – país a favor dos mecanismos de flexibilização e proponente do MDL. Em maio de 1997, o Brasil apresentou uma proposta original que consistia na criação de um Fundo de Desenvolvimento Limpo (FDL), que aplicaria multas aos países desenvolvidos que não cumprissem as metas de redução de

emissões. Logicamente, a proposta foi apoiada pelos países em desenvolvimento, mas duramente rechaçada pelos países desenvolvidos.

Em outubro de 1997, Brasil e Estados Unidos elaboraram uma nova versão do FDL que passou a se chamar Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). *Este acordo em torno do MDL foi um momento notável de colaboração entre a diplomacia dos Estados Unidos e a brasileira* (VIOLA, 2002, p. 39). Apesar da semelhança na nomenclatura, em muito se afasta do intuito primeiro do FDL. O MDL criou a possibilidade dos países desenvolvidos cumprirem parte de suas metas de redução de emissão de GEE condicionada ao financiamento de projetos de desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento.

E foi por causa do MDL que o Brasil aceitou a proposta de mecanismos de flexibilização, a qual era contra inicialmente. *Isto significou a ruptura do país em relação à sua posição, marcada pela oposição à implementação conjunta (prevista na Convenção do Rio de Janeiro) e às cotas comercializáveis de emissão entre os países do Anexo I* (VIOLA, 2002, p. 39). Mas isso não significou uma aliança com o país proponente do MDL – os Estados Unidos -, pois o mesmo era a favor da inclusão das florestas nativas no MDL e o Brasil contra, temendo que, no futuro, *o Brasil possa a vir ter um grande passivo advindo do desmatamento na Amazônia* (VIOLA, 2002, p. 39). Igual divergência entre os dois países existiu na discussão a respeito da questão dos sumidouros de carbono. Assim, somando força com a União Européia, o Brasil tentou impor limites aos sumidouros de carbono para os países desenvolvidos.

De forma geral, podemos dizer que o Brasil desempenhou um papel de liderança na articulação da aliança entre a União Européia e os países em desenvolvimento, destacando-o no âmbito dos países em desenvolvimento. Principalmente porque sua política externa em muito se afastou da posição

desenvolvimentista assumida na Conferência de Estocolmo em 1972, na qual *baseava-se em uma forte depleção dos recursos naturais – considerados, na época, infinitos -, em sistemas industriais muito poluentes e na intensa exploração de mão-de-obra barata e desqualificada* (VIOLA, 2002, p. 34). Não só essa nova postura adotada na condução da política externa eleva a participação do Brasil no âmbito das discussões do Protocolo de Quioto, mas também o fato de ser um dos principais fornecedores dessa nova *commodity* – o carbono.

CAPÍTULO IV

DAS BRECHAS ABERTAS PELO PROTOCOLO DE QUIOTO E

O MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO

4.1 INTRODUÇÃO

O caminho pelo qual nosso estudo vem nos conduzindo, está nos deixando bem claro que a economia de mercado envolve uma sociedade cujas instituições estão subordinadas às exigências do mecanismo de mercado. Tal lógica ficou muito bem ilustrada no nosso último argumento em que avaliamos uma inversão de prioridades quanto ao componente CO₂. Inicialmente, o objetivo da adoção do Protocolo era, prioritariamente, a redução de sua emissão, por meio da implementação de uma série de medidas. Mas os mecanismos de flexibilização conferem ao CO₂ – por meio do “Mercado de Carbono” - o papel de meio para que a ação de redução das emissões de GEE se realize sem comprometer as economias dos países signatários do Protocolo.

Essa inversão de prioridades que o mercado estabelece, aponta-nos como o contexto de negociações do Protocolo de Quioto é marcado por paradoxos decorrentes do conflito entre duas racionalidades: uma orientada por valores – a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras, como a atmosfera –; outra orientada pela instrumentalidade – o uso dos recursos naturais como matéria-prima para a manutenção do modo de produção capitalista, como o próprio “Mercado de Carbono”.

No entanto, acreditamos que essa inversão de prioridades estabelecidas pelo mercado não se restringe ao âmbito das ações delineadas pelo Protocolo de Quioto, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, estendendo-se, principalmente, à própria consecução de seu objetivo: promover o desenvolvimento sustentável. Partimos da hipótese de que para o ambiente ser

valorado, de modo a ser incorporado ao cálculo econômico, como assim prevê o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, valores do campo da cultura, da qualidade de vida, da solidariedade humana – elementos da sustentabilidade - dificilmente seriam incorporáveis, colocando em xeque, portanto, a promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, escolhemos analisar as implicações do Fundo Protótipo de Carbono – um fundo do Banco Mundial - na aferição do desenvolvimento sustentável no fomento de projetos de seqüestro de carbono no âmbito do MDL.

4.2 O MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO – MDL

O Protocolo de Quioto criou três mecanismos que flexibilizam o cumprimento das metas de redução de emissão de GEE. São eles:

- A)** *International Emissions Trading* (ET) ou Comércio Internacional de Emissões, um regime de troca de emissões onde os países industrializados podem comprar e vender créditos de emissões entre si. Desde que cumpridas as metas estipuladas, estes países podem negociar o excedente de redução de emissões como créditos comercializáveis;
- B)** Projetos de *Joint Implementation* (JI) ou Ação Conjunta que gerarão unidades de redução de emissões a partir do financiamento de projetos feitos por países desenvolvidos e outros do Anexo I em outros países, também desenvolvidos, onde os custos das atividades de redução das emissões ou o sequestro de CO₂ sejam menores;
- C)** *Clean Development Mechanism* (CDM) ou Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) que permitirá aos países em desenvolvimento atingirem o desenvolvimento sustentável através de projetos financiados por países desenvolvidos. A redução de emissões de CO₂ obtidas nos projetos se tornarão *Certificate Emission Reduction* (CER) ou Certificado de Redução de

Emissões que os países investidores no projeto utilizarão para ajudar no cumprimento de suas metas.

Destes três mecanismos, o único que permite a participação de países em desenvolvimento é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. A utilização desse mecanismo não é exclusiva dos governos, o que parece óbvio, uma vez que fontes de emissão como diversas indústrias estão no setor privado. Logo, os projetos de MDL podem ser realizados por atores estatais ou não-estatais, ou ainda por parcerias estabelecidas pelos dois tipos de atores. Neste sentido, *o setor privado tem grande oportunidade de participação, pois o potencial para reduzir emissões nesse setor é significativo* (LOPES, 2002, p. 15). É importante dizer que o setor privado apresenta vantagens em relação a outros setores por receber crescentes fluxos de investimentos *que podem ser destinados a atividades de projeto do MDL, que é um mecanismo de mercado concebido para ter sua ativa participação* (LOPES, 2002, p. 15). Conforme previsto

- a) *As Partes não incluídas no Anexo I beneficiar-se-ão de atividades de projetos que resultem em reduções certificadas de emissões; e*
- b) *As Partes incluídas no Anexo I podem utilizar as reduções certificadas de emissões, resultantes de tais atividades de projetos, para contribuir com o cumprimento de seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões, assumidos no Artigo 3, como determinado pelo Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo – COP – MOP. (Artigo 12.3 do Protocolo de Quioto)*

Um resumo das atividades existentes em um país, juntamente com os gases ligados a cada uma delas, é apresentado no quadro abaixo.

QUADRO III –

SETORES E FONTES DE ATIVIDADES

REDUÇÕES DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA			
ENERGIA CO ₂ – CH ₄ - N ₂ O	PROCESSOS INDUSTRIAIS CO ₂ - N ₂ O- HFCs- PFCs- SF ₆	AGRICULTURA CH ₄ - N ₂ O	RESÍDUOS CH ₄
Queima de combustível			
Setor energético			
Indústria de transformação			
Indústria de construção			
Transporte			
Outros setores			
Emissões Fugitivas de Combustíveis			
Combustíveis sólidos			
Petróleo e gás natural			
	<ul style="list-style-type: none"> • Produtos minerais • Indústria química • Produção de metais • Produção e consumo de halocarbonos hexafluoreto de enxofre • Uso de solventes • Outros 	<ul style="list-style-type: none"> • Fermentação Entérica • Tratamento de Objetos • Cultivo de arroz • Solos agrícolas • Queimadas Prescritivas de Cerrado • Queimadas de Resíduos agrícolas 	<ul style="list-style-type: none"> • Disposição de resíduos sólido • Tratamento de esgoto sanitário • Tratamento de efluentes líquidos • Incineração de resíduos
REMOÇÕES DE CO ₂ *FLORESTAMENTO / REFLORESTAMENTO			
REMOVEDO: CO ₂ LIBERADO: CO ₂ – CH ₄ - N ₂ O			

Fonte: Lopes, 2002, p.14.

Cabe a um determinado país o cumprimento de sua meta, portanto, cabe aos governos implementarem políticas domésticas que envolvam as empresas privadas para que se enquadrem naquele objetivo. Assim, estas organizações podem participar diretamente de projetos de MDL que são divididos nas seguintes modalidades:

- Utilização de combustíveis renováveis em substituição àqueles de origem fóssil, como o gás natural, que começa a ser utilizado em larga escala no Brasil em veículos automotores;

- Fontes alternativas de geração de energia como a solar e eólica; e
- Reflorestamento, como um dos exemplos de atividades que absorvem o dióxido de carbono da atmosfera, um dos principais focos de recebimento de investimentos.

As intenções do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo o revelam, portanto, como um instrumento de cooperação entre países desenvolvidos (Anexo I) e em desenvolvimento (não-Anexo I) no sentido de implementação dos objetivos de estabilização das concentrações dos GEE na atmosfera e mitigação das mudanças climáticas. Desta forma,

O objetivo final de mitigação de gases do efeito estufa é atingido através da implementação de atividades de projeto nos países em desenvolvimento que resultem na redução da emissão de gases de efeito estufa ou no aumento da remoção de CO₂, mediante investimentos em tecnologias mais eficientes, substituição de fontes de energia fósseis por renováveis, racionalização do uso da energia, florestamento e reflorestamento, entre outras (LOPES, 2002, p. 13).

As atividades de projeto (*project activities*) são entendidas no contexto do MDL como as atividades integrantes de um empreendimento que vise à redução de emissões de GEE ou o aumento da absorção de CO₂ (LOPES, 2002). Estas atividades devem estar exclusivamente relacionadas a determinados tipos de gases de efeito estufa e a setores ou fontes responsáveis pela maior parte das emissões, conforme previsto no Anexo A do Protocolo de Quioto. Os gases considerados são: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O), hidrofluorcarbonos (HFCs), perfluorcarbonos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF₆). Já as principais fontes são as atividades ligadas ao setor energético, à indústria, à agricultura e aos resíduos.

Conforme disposto no Artigo 12.5 do Protocolo de Quioto, para que sejam consideradas elegíveis no âmbito do MDL, além de contribuir para o objetivo final da Convenção, as atividades de projeto devem atender a algumas condições. Em primeiro lugar, a participação das Partes envolvidas no

projeto deve ser voluntária. Em segundo, as atividades de projeto devem gerar benefícios reais, mensuráveis e de longo prazo relacionados com a mitigação da mudança do clima. Em terceiro, as reduções das emissões geradas devem ser adicionais as que ocorreriam na ausência da atividade certificada de projeto (critério da adicionalidade). Por fim, o projeto desenvolvido deve contribuir para o desenvolvimento sustentável do país no qual venha a ser instalado, conforme estabelecido pelo objetivo do mecanismo – Artigo 12.2 do Protocolo.

Nesses termos, para que entrem em vigor, estes projetos desenvolvidos devem obedecer aos seguintes requisitos adicionais: (i) contenham a aprovação do país no qual as atividades forem implementadas; (ii) atinjam os objetivos de desenvolvimento sustentável definidos pelo país hospedeiro do projeto; (iii) levem em consideração a opinião de todos os atores³⁶ que sofrerão os impactos das atividades de projeto, devendo estes atores serem consultados a esse respeito; (iv) não causem impactos colaterais negativos ao meio ambiente local; e, por último, (v) estejam relacionadas aos gases e setores definidos no Anexo A do Protocolo (LOPES, 2002). Caso o MDL seja financiado com recursos públicos das Partes Anexo I, existe, ainda, o critério de que este financiamento não deve ocasionar desvio da assistência oficial para o desenvolvimento e não deve contar como parte das obrigações financeiras assumidas junto à Convenção por essas partes (LOPES, 2002). Por fim, embora não se constitua em um requisito, existe ainda a recomendação de que as Partes Anexo I se abstenham de projetos de MDL ligados à tecnologia nuclear.

As reduções de emissões de GEE ou remoções de CO₂ realizadas a partir das atividades de projetos resultam em Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), que são medidas em toneladas de carbono equivalente ³⁷. Já para as atividades de remoção de CO₂ ligadas a projetos de reflorestamento e

³⁶ Estes atores, também chamados de *stakeholders*, são o público, incluindo indivíduos, grupos e comunidades, afetadas ou com possibilidades de serem afetadas pelas atividades de um projeto específico (LOPES, 2002).

³⁷ Conforme Lopes (2002, p. 16), *uma unidade de RCE é igual a uma tonelada métrica de dióxido de carbono equivalente, calculada de acordo com o Potencial de Aquecimento Global (Global Warming Potencial – GWP), índice divulgado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC) e utilizado para uniformizar as quantidades dos diversos gases de efeito estufa em termos de dióxido de carbono*

florestamento, foi criado um processo de regulamentação distinto, a fim de desenvolver definições e modalidades de inclusão deste tipo de atividade. As RCEs só podem ser utilizadas pelos países do Anexo I ou por empresas localizadas nesses países (klemens) que tenham ratificado o Protocolo de Quioto no cumprimento de seus compromissos de redução de emissões. Todavia, as metas de redução de emissão só podem ser em parte alcançadas por meio destes créditos, de forma que o país em questão deve reduzir as emissões em seu território, repensando seu modelo de industrialização e desenvolvimento. É permitido, ainda, transferir quantidades de RCEs para períodos futuros de compromisso, observando, contudo, o limite de 2,5% das quantidades distribuídas para cada país do Anexo I, para o primeiro período de compromisso. A vantagem para as Partes Anexo I em realizar projetos MDL está no fato de atenderem a pelo menos parte de suas metas a um custo marginal relativamente mais baixo, dados os menores custos de se reduzir as emissões nos países em desenvolvimentos.

Nesse sentido, podemos perceber que existe uma motivação para que as Partes Anexo I desenvolvam e financiem tais projetos. Além disso, dada a possibilidade de comercialização das RCEs, os participantes de atividades de projeto, motivados pela expectativa de valorização futura e realização de lucros, podem optar por reter créditos para comercialização futura. Pois,

[a]s partes que possuem compromissos e metas de redução, Partes Anexo I, deverão ser os principais participantes, pelo lado da demanda, desse mercado. No caso específico do MDL, os países em desenvolvimento deverão desempenhar um papel significativo nesse mercado, sobretudo na oferta de reduções de emissões de gases de efeito estufa e/ou remoções de CO₂ (LOPES, 2002, p. 17).

No que diz respeito aos países em desenvolvimento, o surgimento do mercado de créditos de carbono deverá estimular a realização de projetos elegíveis no âmbito do MDL, aumentando, portanto, a oferta de RCEs. Dessa forma, a criação do MDL acarretaria um aumento dos fluxos de

equivalente, possibilitando que reduções de diferentes gases sejam somadas. O GWP que deve ser utilizado para o primeiro período de compromisso (2008-2012) é o publicado no Segundo Relatório de Avaliação do IPCC.

investimento para os países em desenvolvimento, o que em princípio poderia colaborar efetivamente para o desenvolvimento destes. No que se refere ao Brasil, especificamente, *encontra-se em desenvolvimento um modelo operacional destinado a facilitar o acesso de atividades de projetos elegíveis ao MDL* (LOPES, 2002, p. 18), visando assim motivar a participação de investidores nacionais e estrangeiros em projetos ligados ao MDL. Essa atitude revela que o Brasil visualiza o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo como uma possibilidade importante para atração de recursos externos. No entanto, resta saber se esses recursos, a serem aplicados nas atividades de projeto, podem de fato contribuir para o desenvolvimento sustentável.

4.3 O CICLO DE ATIVIDADE DE PROJETO MDL

QUADRO IV –

CICLO DE ATIVIDADE DE PROJETO MDL

Fonte: Proposta Revisada de Critérios e Indicadores de Elegibilidade para Avaliação de Projetos Candidatos ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Ministério do Meio Ambiente. Abril de 2002.³⁸

Num primeiro momento, os participantes do projeto – que podem ser empresas públicas ou privadas, Organizações Não-Governamentais (ONG's), dentre outros – elaboram o Documento de Concepção do Projeto (DCP). Todas as informações necessárias para a validação, registro, monitoramento, verificação e certificação do projeto devem estar contempladas. Logo, o DCP deve incluir, dentre outras coisas:

A descrição: das atividade de projeto; dos participantes da atividade de projeto; da metodologia da linha de base, das metodologias para cálculo da redução de emissões de gases de efeito estufa e para o estabelecimento dos limites da atividade de projetos e das fugas³⁹, e do plano de monitoramento (LOPES, 2002, p. 37).

As atividades de um projeto de MDL são consideradas adicionais se as emissões de GEE feitas pelo homem forem menores que as que ocorreriam na ausência do projeto; e/ou se o seqüestro de carbono for maior do que aquele que ocorreria na ausência do projeto. A linha de base de um projeto de MDL é o cenário que representa as emissões de GEE feitas pelo homem que ocorreriam

38 Legendas: PP = Participantes do Projeto; EOD = Entidade Operacional Designada (Qualquer órgão público ou privado que tenha sido credenciado pelo Comitê Executivo e designado pela COP); CE = Comitê Executivo do MDL; AND = Autoridade Nacional Designada (o pedido de registro precisa incluir uma aprovação escrita acerca da participação voluntária de cada parte envolvida); CER = Certificado de Emissões Reduzidas.

39 A fuga ou *leakage* corresponde ao aumento de emissões de gases de efeito estufa que ocorre fora dos limites do projeto de MDL, mas que pode ser atribuído às atividades do projeto, sendo ainda mensuráveis.

na ausência do projeto. Para auxiliar as Partes na apresentação de tais informações, o Comitê Executivo do MDL (EB) desenvolveu o Documento de Concepção do Projeto (DCP).

Além disso, este documento deve conter a definição do período de obtenção dos créditos, que pode ser (i) de sete anos, com no máximo duas renovações, totalizando três períodos de sete anos, desde que a linha de base ainda seja válida ou tenha sido revista e atualizada; (ii) dez anos, sem possibilidade de renovação. Logo, o período de obtenção de créditos pode ser de sete, dez, quatorze ou vinte e um anos.

O DCP deve conter ainda a justificativa para a adicionalidade do projeto, o relatório de impactos ambientais, os comentários dos atores afetados pelo projeto e informações quanto à utilização de fontes adicionais de financiamento. A justificativa para a adicionalidade do projeto é *a demonstração de como as atividades de projeto reduzem emissões de gases de efeito estufa, além do que ocorreria na ausência da atividade de projeto do MDL registrada* (LOPES, 2002, p. 29). Os comentários dos atores afetados devem ser apresentados de forma resumida, juntamente com um relatório de como os comentários foram levados em consideração nas atividades do projeto. A exigência deste relatório mostra que há uma preocupação quanto à aceitação do projeto pelos atores afetados, no entanto, resta saber como essa exigência tem sido cumprida e se, de fato, as preocupações daqueles afetados pelo projeto são levadas em consideração. Por fim, as informações sobre fontes adicionais de financiamento são exigidas como forma de comprovação que o financiamento público do projeto não resultou de desvio de recursos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

Na segunda fase, de Validação/Aprovação, os participantes deverão selecionar uma Entidade Operacional Designada (EOD) para validar o projeto e revisar o DCP, bem como qualquer

documentação de suporte. Antes de submeter o DCP ao Conselho Executivo⁴⁰, a EOD deverá verificar se a atividade de projeto atende aos critérios de elegibilidade do MDL, bem como se atende a todos os demais requisitos impostos, tais como a consideração da opinião dos atores afetados e definição do período de obtenção dos créditos. A EOD deve, ainda, avaliar se há, de fato, uma redução adicional nas emissões de gases de efeito estufa e se a análise de impacto ambiental foi realizada segundo a legislação ambiental nacional. Por fim, se a metodologia de linha de base proposta for nova, a EOD deve verificar se ela está de acordo com as modalidades e procedimentos para a proposição de novas metodologias.

A Validação só ocorre, no entanto, se cada participante do projeto tiver fornecido à EOD uma aprovação formal das respectivas Autoridades Nacionais Designadas⁴¹ indicando a participação voluntária.

QUADRO V –

AUTORIDADES NACIONAIS DESIGNADAS (ANDs) PARA O MDL

AMÉRICA LATINA E CARIBE	SUDESTE ASIÁTICO	ORIENTE MÉDIO	AFRICA E EUROPA	PAÍSES ANEXO I
Total: 19	Total: 9	Total: 8	Total 9	Total: 10

40 O Conselho Executivo é composto por dez membros das Partes do Protocolo de Quioto, que representam vários blocos econômicos. O bloco da América Latina e Caribe, especificamente, é representado por um membro brasileiro. Dentre suas principais funções podemos destacar: (i) o credenciamento das Entidades Operacionais Designadas; (ii) o registro das atividades de projeto do MDL; (iii) a emissão de RCEs; (iv) o desenvolvimento e operação do Registro do MDL; (v) o estabelecimento e aperfeiçoamento de metodologias para definição da linha de base, monitoramento e fugas (LOPES, 2002, p. 20).

41 Conforme Lopes (2002, p. 20), governos de países participantes de uma atividade de projeto do MDL devem designar junto à CQNUMC uma Autoridade Nacional para o MDL. A Autoridade Nacional Designada (AND) atesta que a participação dos países é voluntária e, no caso do país onde são implementadas as atividades de projetos, que dita atividades contribuem para o desenvolvimento sustentável do país, a quem cabe decidir, de forma soberana, se este objetivo do MDL está sendo cumprido. No Brasil, o órgão correspondente à AND é a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, criada em 07 de julho de 1999.

Antígua e Barbuda				
Argentina			Egito	Áustria
Bolívia	Butão	Armênia	Madagascar	Dinamarca
Brasil	Camboja	Azerbaijão	Mali	Comunidade Européia
Chile *	Fiji	Jordânia	Mauritânia	Alemanha
Colômbia	Laos	Libano**	Marrocos	Itália
Costa Rica	Malásia	Paquistão**	Zâmbia	Japão
Cuba	Maldivas	Moldávia**	Zimbábue**	Mônaco
Equador*	Nepal	Síria**		Holanda
El Salvador	Sri Lanka	Iemem	Geórgia	Eslovênia
Honduras	Vietnam		Sérvia e Montenegro	Suíça
Jamaica				
México*				
Nicarágua				
Panamá				
Peru				
Santa Lúcia				
Trinidad e Tobago				
Uruguai				

* Não anunciado na página web da UNFCCC

** Não ratificou o Protocolo de Quioto

Fonte: CDM Monitor (www.pointcarbon.com acesso em 05/09/2005)

No caso do país onde serão implementadas as atividades do projeto, a AND deve fornecer ainda a confirmação de que o projeto contribui para o desenvolvimento sustentável do país. *Essa confirmação deverá ser disponibilizada ao público e aberta para comentários* (LOPES, 2002, p.31). *O Registro é a aceitação formal, pelo Conselho Executivo, de um projeto validado como atividade de projeto do MDL. O Registro é o pré-requisito para a verificação, certificação e emissão das RCEs relativas à atividade de projeto do MDL* (LOPES, 2002, p.37). É um passo automático, a não ser que uma revisão seja requerida pelo Conselho, por considerar que os requisitos estabelecidos para os projetos de MDL não tenham sido atendidos. O processo de registro se completa oito semanas após o relatório da EOD ter sido entregue ao Conselho Executivo. É importante ressaltar que [a]s RCEs só devem ser emitidas para um período de obtenção de créditos com início após a data de registro de uma atividade de projeto de MDL (LOPES, 2002, p.32).

A fase de monitoramento é realizada pelos participantes do projeto conforme plano de monitoramento incluído no DCP. Quaisquer revisões no plano de monitoramento devem ser justificadas e submetidas novamente para validação. O processo de monitoramento da atividade de projeto inclui

O recolhimento e armazenamento de todos os dados necessários para calcular a redução das emissões de gases de efeito estufa, de acordo com a metodologia de linha de base estabelecida no DCP, que tenham ocorrido dentro dos limites da atividade de projeto, ou fora desses limites desde sejam atribuíveis a atividade de projeto, e dentro do período de obtenção de créditos (LOPES, 2002, p. 37).

A implementação do plano de monitoramento é uma condição para a verificação/certificação e emissão das RCEs, devendo, portanto, ser submetida previamente à Entidade Operacional Designada a fim de prosseguir para a quinta etapa. Neste momento, a Entidade Operacional Designada é responsável por verificar se as reduções de emissões de gases de efeito estufa monitoradas efetivamente ocorreram como resultado da atividade de projeto do MDL. Dessa forma, a verificação pode ser definida como um processo de auditoria independente cujo objetivo é revisar os cálculos da redução de GEE resultantes de uma atividade de projeto definido no DCP. Nesse processo, a EOD, além de verificar as metodologias utilizadas, recomendando correções, se necessário, e de determinar as reduções de emissões, deverá fazer inspeções de campo, entrevistar os participantes do projeto e os atores locais, coletar dados de medições, observar práticas estabelecidas e testar o rigor da lógica utilizada para monitoramento (LOPES, 2002, p. 34).

A certificação, por sua vez, é a garantia por escrito, fornecida pela EOD, *de que uma determinada atividade de projeto atingiu um determinado nível de redução de emissões de gases de efeito estufa durante um determinado período de tempo específico* (LOPES, 2002, p. 38). Como explica Lopes (2002), a declaração da certificação é enviada aos participantes do projeto, bem como às Partes envolvidas e ao Conselho Executivo, sendo, posteriormente, tornada pública. Após quinze dias de

seu recebimento pelo Conselho, a certificação é considerada definitiva.

A etapa final do Ciclo do Projeto, Emissão das RCEs, ocorre quando decorridas todas as etapas, o Conselho Executivo tem certeza de que as *reduções de emissões de gases de efeito estufa decorrentes das atividades de projeto são reais, mensuráveis e de longo prazo e, portanto, podem dar origem a RCEs* (LOPES, 2002, p.34). A emissão das RCEs ocorre quinze dias após o recebimento da certificação, que inclui uma solicitação para que o Conselho Executivo emita certa quantidade de RCEs, a não ser que uma das partes envolvidas ou pelo menos três membros do Conselho requisite a revisão das emissões de RCEs. Segundo Lopes (2002, p.34), *essa revisão deve limitar-se a questões de fraude, mau procedimento ou de incompetência da EOD. Nesse caso, o Conselho Executivo deverá finalizar, em 30 (trinta) dias, a revisão.*

Tendo sido as RCEs emitidas, o administrador do Registro do MDL, subordinado ao Conselho Executivo, credita as RCEs certificadas aos participantes de uma atividade de projeto, nas proporções por eles definidas, nas contas abertas nesse mesmo Registro, conforme solicitado no DCP. Das RCEs emitidas, uma parcela equivalente a 2% do total é deduzida e destinada a um fundo de adaptação, cujo objetivo é ajudar os países mais vulneráveis a se adaptarem aos efeitos adversos da mudança do clima. Outra parcela das RCEs, determinada pela COP será utilizada para cobrir as despesas administrativas do MDL.

No quadro abaixo, podemos visualizar o *status* de aprovação dos projetos brasileiros apresentados ao Comitê Executivo do MDL, segundo as etapas estabelecidas no ciclo do projeto descrito acima:

QUADRO VI –

STATUS DE APROVAÇÃO DOS PROJETOS BRASILEIROS APRESENTADOS AO
COMITÊ EXECUTIVO DO MDL

Etapas no ciclo do MDL	Proponente	Nome do Projeto	Metodologia	Tipo de Projeto	Créditos Gerados (CO ₂)	Período de geração de créditos
Projetos com metodologia em consideração no Comitê Executivo	AES Tietê S/A Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão, Nova Avanhandava, Mogiguaçu, Euclides da Cunha, Limoeiroe Água Vermelha (SP)	Reforestation Project Using Native Species Around AES-Tietê Reservoirs	ARNM0002: Reforestation Project Using Native Species Around AES-Tietê Reservoirs	Reflorestamento com espécies nativas	5.287.550	30 anos
	Cargill Agrícola S/A Uberlândia (MG)	Fossil Fuel Replacement by Biomass to Industrial Steam Process in Cargill Facility, Uberlândia, Brazil	NM0065: Fossil Fuel Replacement by Biomass to Industrial Steam Process in Cargill Facility Uberlândia, Brazil	Co-geração de energia com biomassa	893.763	10 anos
	Nobrecel S/A Celulose e Papel, Pindamonhangaba (SP)	Nobrecel Fossil to Biomass Fuel Switch Project in Brazil	NM0098: Nobrecel Fossil to Biomass Fuel Switch Project in Brazi	Co-geração de energia com biomassa	609.991	7 anos
	V&M do Brasil, Barreiro (MG)	V&M do Brasil Renewable Reducing Agent Project	NM0104: V&M do Brasil Renewable Reducing Agent Project	Substituição do coque de carvão mineral pelo carvão vegetal na produção de ferro-gusa	15.841.000	21 anos (3 períodos renováveis de 7 anos)

	Plantar S/A, Cruvelo, Felixlândia, Morada Nova de Minas e Itacambira (MG)	Mitigation of Methane Emissions in the Charcoal Production of Plantar, Brazil	NM0110: Mitigation of Methane Emissions in the Charcoal Production of Plantar, Brazil	Florestamento para a produção de carvão na siderurgia de ferro-gusa; aumento na eficiência de carbonização das madeiras; e recomposição florestal com espécies nativas	1.704.111	21 anos (3 períodos renováveis de 7 anos)
Projetos com metodologia aprovada	VEGA, Salvador (BA)	"Greenhouse Gas Emission Reductions through Landfill Gas Capture and Flaring where the Baseline is established by a Public Concession Contract"	AM0002: "Greenhouse Gas Emission Reductions through Landfill Gas Capture and Flaring where the Baseline is established by a Public Concession Contract"	Biogás de aterro	13.968.155	7 anos
	ONYX, Tremembé (SP)	"Landfill gas recovery with electricity generation and capture of destruction methane in the baseline scenario"	AM0015: "Landfill gas recovery with electricity generation and capture of destruction methane in the baseline scenario"	Biogás do aterro	700.625	10 anos
	Vale do Rosário, Morro Agudo (SP)	"Bagasse-based cogeneration connected to na electricity grid"	AM0015: "Bagasse-based cogeneration connected to na electricity grid"	Co-geração de energia com biomassa	669.637	7 anos
Projetos em processo de validação	Bionergia Cogeneradora S. A. Grupo Balbo, Sertãozinho (SP)	Bioenergia Cogeneradora S.A. ("Bioenergia")	AM0015: "Bagasse-based cogeneration connected to an electricity grid"	Co-geração de energia com biomassa	336.408	10 anos
	Granja Becker, Patos de Minas (MG)	AWMS GHG Mitigation Project BR05-B-01, Minas Gerais, Brazil	AM0016: "Greenhouse gas mitigation improved Animal Waste Management Systems in confined animal feeding operations"	Geração de energia através do tratamento de resíduos na agricultura	51.910	10 anos
Projetos com registro no Comitê Executivo	Nova Gerar, Nova Iguaçu (RJ)	Brazil Nova Gerar Lanfill Gas to Energy Project	AM003: "Simplified Financial Analysis for Landfill Gas Capture Projects"	Biogás de aterro	10.730.978	21 anos

Fonte: www.unfccc.int (acesso em 05/09/2005)

Vale dizer que os projetos considerados elegíveis, além de cumprir os três requisitos primordiais (são de caráter eliminatório) – adesão voluntária dos atores envolvidos; ganhos reais, mensuráveis e

de longo prazo; e, por fim a redução de GEE deve ser adicional ao cenário caso o projeto não existisse -, deve também abarcar os indicadores (são classificatórios) de que suas ações promoverão o *desenvolvimento sustentável*, quais sejam:

QUADRO VII –

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE DOS PROJETOS DO MDL

INDICADOR 1	Contribuição para a sustentabilidade local, considerando os seguintes itens: <ul style="list-style-type: none">▪ Efeitos das emissões locais de poluentes sólidos, líquidos e/ou gasosos;▪ Poluição sonora;▪ Poluição visual;▪ Erosão do solo;▪ Contaminação de recursos hídricos;▪ Perda da biodiversidade;
-------------	---

	■ Áreas utilizadas.
INDICADOR 2	Contribuição para a geração líquida de emprego. Deve-se avaliar este indicador através do volume de emprego por capital investido, considerando tipo de qualificação; nível de insalubridade; duração e o nível de salários dos empregos.
INDICADOR 3	Impactos na distribuição de renda. Este indicador deve avaliar se o projeto contribui para a disponibilidade de serviços e para o desenvolvimento de atividades produtivas que possam causar melhorias na qualidade de vida e na geração de renda das comunidades.
INDICADOR 4	Contribuição para a sustentabilidade do balanço de pagamento, indicando a alteração no nível de dependência de bens e serviços externos, incluindo tanto tecnologias e equipamentos como insumos demandados ao longo da duração do projeto. O decréscimo nos gastos em moeda estrangeira pode indicar uma maior sustentabilidade do balanço de pagamento.
INDICADOR 5	Contribuição para a sustentabilidade macroeconômica, avaliando a influência do cenário do projeto na redução do déficit público, medida pela redução direta de investimentos públicos em decorrência de investimentos privados alocados em projetos MDL.
INDICADOR 6	Custo-Efetividade para medir a sustentabilidade microeconômica por meio do fluxo de caixa de ambos os cenários, utilizando ferramentas de análise econômica, por exemplo, a Taxa Interna de Retorno (TIR) e p Tempo de Retorno de Investimento (TRI). Deve-se comparar o desempenho do financeiro do projeto com e sem a geração de CER's. Quanto maior for a diferença positiva da primeira em relação à última, mais bem pontuado será o projeto.
INDICADOR 7	Contribuição para a auto-suficiência tecnológica aferido pelo grau de dependência tecnológica externa

Fonte: Proposta Revisada de Critérios e Indicadores de Elegibilidade para Avaliação de Projetos Candidatos ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), Ministério do Meio Ambiente (Abril, 2002).

É interessante observar que os indicadores de avaliação da sustentabilidade dos projetos do MDL se apresentam como unidades absolutas de mensuração ao delinear estratégias mais gerais, que não reconhecem especificidades das inter-relações dos fatores naturais e culturais da realidade planejada. A lógica que se identifica é a promoção do bem-estar social associado aos interesses de expansão do capital, considerando-se a sustentabilidade do processo por meio do planejamento do controle do meio ambiente e distribuição dos benefícios sociais por ele gerados. No entanto, como discutimos no capítulo 2, a sustentabilidade, conforme estabelecida no Relatório Brundtland, vai de encontro a isso, devendo ser buscada em ações de caráter sistêmico que estabelece relações entre as dimensões social, econômica, cultural e ambiental.

Assim, tais critérios de elegibilidade - considerando que o projeto deve promover de forma rigorosa a redução das emissões de GEE e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento sustentável - não deveria se constituir em um receituário pronto, mas em uma estrutura de apoio para formulação de ações.

Como mesmo afirmou Ignacy Sachs

a imaginação social da população e do planejador necessita de conceitos de apoio sob a forma de estudos comparativos das maneiras como outros povos lidam com situações

similares. (...) Daí a necessidade de o planejador ficar sistematicamente exposto aos resultados de semelhante pesquisa, o que lhe dará o sentido da relatividade no espaço e no tempo, ampliando-lhe a perspectiva das dimensões ecológica e cultural do desenvolvimento (SACHS, 1986, p. 47)

Caso contrário, mecanismos compensatórios como o MDL reforçam a tendência da manutenção da economia mundial baseada em energias emissoras de carbono e em ações de padrões de consumo que deveriam ser modificados e não postergados através de mecanismos propostos. Mais uma vez, pensa-se em ações de manejo da natureza (ZHOURI, LASCHEFSKI, PEREIRA, 2005) ao invés de promoção do desenvolvimento sustentável, considerando que esse conceito se centra muito mais na necessidade de mudanças dos padrões do estilo de vida e da produção do sistema capitalista do que em ações corretivas. Apontando-nos o velho conflito entre política ambiental e política de sustentabilidade. A primeira se concentra *em limpar aspectos pontuais do sistema de produção e consumo, tornando o ambiente vivido menos degradado, enquanto a segunda supõe uma transformação das próprias estruturas e padrões que definem a produção e consumo, avaliando a sua capacidade integral de sustentação* (PÁDUA, 1999, p. 24).

Sendo assim, indagamos em que medida o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo a partir dos critérios e indicadores de elegibilidade estabelecidos para aprovação de seus projetos, promove o desenvolvimento sustentável nos termos estabelecidos pelo Relatório Brundtland que discutimos no capítulo 2? Para tanto, vamos avaliar um fundo de fomento de projetos MDL que é o Fundo Protótipo de Carbono.

4.4 FUNDO PROTÓTIPO DE CARBONO E OS ENTRAVES DA SUSTENTABILIDADE

O Banco Mundial possui três fundos de financiamento que visam comprar créditos de projetos:

voltados ao desenvolvimento de comunidades de baixa renda em países em desenvolvimento, projetos de florestamento para seqüestro de carbono, projetos de conservação florestal (desmatamento evitado) e atividades que utilizam tecnologias limpas. Estes projetos são:

- o Fundo Protótipo de Carbono (*Prototype Carbon Fund – PCF*) – primeiro fundo criado pelo Banco Mundial, existe desde 1999, e único que se direciona a qualquer tipo de atividade que vise à redução do nível de GEE na atmosfera por meio de renovação de energia ou de reflorestamento;
- o Fundo para Desenvolvimento de Comunidade (*Community Development Carbon Fund – CDCF*) – criado para fomentar melhorias nos meios de subsistência de comunidades de baixa renda através de projetos que visem a redução de emissões de GEE e a geração de créditos de carbono, estimulando, assim, a participação de instituições governamentais, não-governamentais e do setor privado.
- O Fundo Bio-Carbono (*BioCarbon Fund – BioCF*) – destinado aos projetos florestais, independentemente se estes projetos seguem as normas e procedimentos do Protocolo de Quioto ou não. No caso dos projetos que seguem as regras do Protocolo, somente são aceitos os projetos de florestamento e reflorestamento⁴²; os demais projetos poderão propor atividades de conservação florestal (UNFCCC, 2005).

No quadro abaixo estão listados os projetos de MDL financiados pelo linha do Banco Mundial, discriminados por cada um desses fundos do Banco Mundial:

QUADRO VIII –

PROJETOS DO MDL FLORESTAL FINANCIADOS PELA LINHA DO BANCO MUNDIAL

⁴² No âmbito do Protocolo de Quioto, *florestamento* é definido como a reposição da floresta em áreas que não foram florestadas por um período de pelos 50 anos por meio de plantio, semeadura e/ou promoção de fontes naturais de semente. E *reflorestamento* é entendido como florestamento em áreas desflorestadas. Para o primeiro período de compromisso, essas atividades serão limitadas às terras que não continham florestas em 31 de dezembro de 1989 (Protocolo de Quioto, Anexo I)

Projeto	País Hospedeiro	Fundo	Tipo de atividade do projeto	Créditos Pretendidos	Período de Geração de Créditos
Moldova: Soil Conservation	Moldova	PCF	Florestamento de áreas degradadas e agrícolas em Moldova	1.421.221	15 anos*
Romania: Afforestation	România	PCF	Florestamento de terras públicas	1.018.160	15 anos
Brazil: Plantar Sequestration and Biomass Use	Brasil	PCF	Plantio e produção de carvão vegetal para a substituição de carvão mineral na produção de ferro gusa	1.514.285	21 anos (3 períodos renováveis de 7 anos)**
Albania Assisted Natural Regeneration Brazil	Albânia	BioCF	Florestamento em áreas agrícolas	230.000 t CO ₂ até 2012	***
Reforestation Around Hydro Reservoirs	Brasil	BioCF	Reflorescimento com espécies nativas nas áreas da usina hidrelétrica da AES/Tietê	0.86 Mt CO ₂ 2012 e 1.67 Mt CO ₂ até 2017	***
China Pearl River Watershed Management	China	BioCF	Florestamento da região de <i>Guangxi Zhuang Autonomous</i>	320,000t CO ₂ até 2012	***
Colombia San Nicolás Agroforestry	Colômbia	BioCF	Implantação de sistemas de silvopastoris em pequenas propriedades	517,000t CO ₂ 2012 e 1,033,000t CO ₂ até 2017	***

* Este projeto foi submetido ao PCF em 2002. Posteriormente, em 2005, foi submetido o PDD atual para o CE do MDL. Este fato justifica a diferença do volume de créditos de carbono gerados entre os quadros IV e VI.

** Este projeto foi submetido ao PCF em 2002. Posteriormente, em 2004, foi submetido o PDD atual para o CE do MDL. Este fato justifica a diferença do volume de crédito de carbono gerados entre os quadros IV e VI.

*** Não foi possível obter o período de geração dos créditos na página que disponibiliza informações referentes aos projetos do BioCF. Fonte: <http://carbonfinance.org/biocarbon/router.cfm> (acesso em 05/09/2005)

As diferenças entre os dois “ciclos de projeto”, ao se comparar os quadros IV e VI, permite-nos notar que o número de projetos florestais aprovados no Banco Mundial é bem maior do que aqueles aprovados pelas metodologias de avaliação do MDL. Isso ocorre principalmente devido às complexidades metodológicas dos projetos florestais no ciclo de aprovação e registro de projetos no

MDL. Pois, para a submissão de projetos nos Fundos do Banco Mundial não é necessário que o projeto apresente um Documento de Concepção do Projeto (DCP), ou tão pouco tenha sua metodologia aprovada no Comitê Executivo do MDL (CE). Os procedimentos junto aos Fundos do Banco Mundial podem ocorrer paralelamente aos procedimentos de registro junto ao Comitê Executivo do MDL. Como por exemplo, o projeto de reflorestamento da AES/Tietê, tem atualmente a sua metodologia em consideração no Comitê Executivo, mas já negociou a venda dos créditos de carbono no fundo BioCF.

A iniciativa do Banco Mundial em financiar projetos de redução de emissões de GEE é justificada como mais um tipo de ação desenvolvida, assim como todas as demais, cujo fim último é a promoção da redução da pobreza nos países em desenvolvimento. *O Banco faz todo o esforço necessário para que os países pobres possam se beneficiar das responsabilidades de mudança climática internacional, inclusive, por meio do emergente mercado de carbono para redução de GEE* (CARBON FINANCE AT THE WORLD BANK, 2005). Assim, o papel principal a ser desempenhado pelo Banco, principalmente no âmbito do Fundo Protótipo de Carbono (*Prototype Fund Carbon - PFC*) é o de facilitador e catalisador do mercado de carbono de forma que resulte em um desenvolvimento sustentável para os países em desenvolvimento, oferecendo aos atores participantes a oportunidade de “aprender fazendo” (*learning-by-doing*) as regras e procedimentos que deverão ser adotados para assegurar seu eficiente funcionamento. Pois, dessa maneira, há a crença no aumento do grau de credibilidade desse novo negócio e que, assim, compradores e vendedores sintam que seus interesses estão sendo contemplados (CARBON FINANCE AT THE WORLD, 2005).

Essa questão nos levanta a seguinte consideração. Como discutimos no capítulo 2, o Banco Mundial conseguiu institucionalizar em seu âmbito, por meio da clara hegemonia sobre o GEF, o debate no campo ambiental do *desenvolvimento sustentável*. O mesmo pode acontecer, por meio do

Fundo Protótipo de Carbono, quanto às regras e procedimentos que devem ser adotados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Pois, conforme demonstramos há diferença entre os dois “ciclos de projeto”, ao se comparar os quadros IV e VI, que nos permite notar que o número de projetos florestais aprovados no Banco Mundial é bem maior do que aqueles aprovados pelas metodologias de avaliação do MDL. Quando ocorre de uma idéia ser dominante em relação às outras é porque seus agentes conseguem moldar a realidade em torno de significados autorizados (científicos ou não), tornando muito difícil a seus oponentes desconstruí-las. Mais projetos financiados pelo Fundo Protótipo de Carbono significa uma predominância do sentido atribuído ao mercado de carbono e ao desenvolvimento sustentável dessa instituição em relação à proposta do governo brasileiro. Invariavelmente, vai haver uma predominância dos critérios estabelecidos como de sustentabilidade pelo Fundo Protótipo de Carbono em relação à proposta do Brasil. Daí advém uma segunda consideração.

Os critérios de sustentabilidade estabelecidos pelo Fundo Protótipo de Carbono aparecem nos documentos pesquisados como “incompletos”, isso nos permite dizer que, embora, tantas propostas já tenham sido apresentadas para financiamento dos diferentes fundos do Banco Mundial, esse ainda não desenvolveu uma metodologia sistemática para avaliar a sustentabilidade de seus projetos. De todo modo, o que já existe é apresentado como obedecendo a dois eixos condutores no processo de sua elaboração: aqueles utilizados pelo Programa das Nações para Desenvolvimento (PNUD) para formular o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e os que servem de orientação para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no delineamento de ações de desenvolvimento nos países em desenvolvimento.

QUADRO IX –

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
EM DIFERENTES NÍVEIS

Dimensão	Nível Global	Nível Nacional	Nível Local (Projeto)
Econômica	- PIB (Produto Interno Bruto) - PIB/capita	- Comércio - Impostos	- Emprego
Ambiental	- Emissão de GEE - Biodiversidade	- Biodiversidade - Qualidade do ar - Qualidade da água	- Qualidade do ar local - Qualidade da água local
Social	- IDH	- Emprego - Redução da pobreza	- Saúde - Participação da comunidade - Capacitação

Fonte: (HUQ *apud* LASCHEFSKI, 2005, p. 259)

Diante disso, fazemos uma indagação. Essa diz respeito ao fato de que se a sustentabilidade, nos termos do Relatório Brundtland, deve ser buscada em ações que estabeleçam uma relação entre as dimensões econômica, social e ambiental, logo uma quarta dimensão obedecendo a essa lógica deve se prevista no quadro acima, da qual devem ser deduzidos os indicadores graças aos quais esta dimensão poderá ser medida. Pois, os indicadores são manifestações objetivamente observáveis e mensuráveis das dimensões do conceito. Se a dimensão assim como os instrumentos que nos permite observá-la não existem, a ação a ser implementada não vai considerar esse aspecto em sua equação. A principal dimensão do *desenvolvimento sustentável*, como viemos discutindo, é aquela

que envolve elementos como o campo da cultura, a qualidade de vida e solidariedade humana. Nenhuma das três dimensões – econômica, social e ambiental - e seus respectivos indicadores apresentados no quadro acima apreendem esses elementos da realidade equacionados na ação. Isso nos leva a pensar que

conforme os perigos vão aumentando, novos produtos, procedimentos e programas são inventados para protelar os efeitos ameaçadores do industrialismo e manter o sistema à tona. Capital, burocracia e ciência – a venerável trindade da modernização ocidental – declaram-se indispensáveis na nova crise e prometem evitar o pior através de melhor engenharia, planejamento integrado, e modelos mais sofisticados. Entretanto, máquinas com combustível eficiente, análises de avaliação do risco ambiental, o monitoramento minucioso de processos naturais e semelhantes, por mais bem-intencionados que sejam, têm duas hipóteses em comum: primeiro, que a sociedade vai sempre ser levada a testar a natureza até o seu limite, e segundo, que a exploração da natureza não deveria ser nem maximizada nem minimizada, mas sim otimizada (SACHS, 2000, p. 128)

Percebemos assim, que estratégias como o Mercado de Carbono levam em consideração não a máxima do desenvolvimento sustentável apresentada no Relatório Brundtland - a *finitude* dos recursos naturais, apontando para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes -, mas de que forma podemos otimizar a natureza. Nas ações derivadas desse pressuposto, a lógica do mercado é mantida como eixo articulador na elaboração do raciocínio e a sua volta são pensadas questões como qualidade de vida e preservação do ambiente dos homens. Nesse sentido, o Fundo Protótipo de Carbono não consegue fugir do caráter de

um banco de investimentos em projetos que desejam entrar no mercado de Certificados de Emissões. O problema que podemos vislumbrar é que fundos desse porte cresçam tanto que se configure em um regime paralelo ao Protocolo de Quioto, enfraquecendo-o. Além disso, desvirtuando o objetivo de redução de emissão de GEE, prioritariamente, o CO₂.

4.5 DA INSUSTENTABILIDADE DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

No entanto, independentemente da eficiência do monitoramento da Agência Nacional Designada, o que gostaríamos de evocar é um debate em torno do fato de que a proposta de desenvolvimento sustentável dependendo da forma como é assimilada desperta noções de sentido e significado variado conforme o emissor e receptor. E que se o consenso em torno de sentido atribuído se institucionalizou no âmbito do Banco Mundial na Eco-92, o mesmo está caminhando para acontecer quanto às regras e procedimentos a serem adotados no Mercado de Carbono.

Além disso, os indicadores estabelecidos para guiarem a forma como o desenvolvimento sustentável deve ser operacionalizado e medido não resulta em sustentabilidade da ação nos termos do Relatório Brundtland. Isso acontece por dois motivos. Um primeiro em decorrência da predominância da racionalidade instrumental sobre a substantiva. E o segundo em função do desenvolvimento sustentável não ser um problema de complexidade organizada que, se compreendido, é a explicação de tudo. As variáveis são diversas, mas não são desordenadas; elas são inter-relacionadas como num todo orgânico. Logo, as ações desenhadas para sua operacionalização devem dar cabo disso. E, ao mesmo tempo, os indicadores formulados para avaliar a execução dessas ações também.

Assim, de tudo que foi apresentado e discutido no presente estudo, podemos apontar duas questões. Uma primeira quanto ao conflito entre as racionalidades instrumental – forma como é operacionalizada a proposta de desenvolvimento sustentável – e a de valor – lógica presente na formulação da proposta de desenvolvimento sustentável. A segunda nos remete a uma reflexão de ordem metodológica. Em função da proposta de desenvolvimento sustentável possuir um caráter polissêmico e, em decorrência disso possibilitar uma apropriação diversa de seu sentido conforme o contexto situacional no qual o ator está inserido, não há modelo de análise que apresente dimensões

e indicadores a partir do qual que uma ação possa ser avaliada, quando em curso, quanto a sua sustentabilidade no Relatório Brundtland. Lembremos que dimensões e indicadores são mecanismos metodológicos que nos permitem avaliar em que medida a ação em curso foge ou se aproxima dos nossos objetivos.

Nesse sentido, acreditamos que a predominância da lógica instrumental nos debates ambientais, quando esses prescindem de uma variável ética, pode ser equacionada pela elaboração de um modelo de análise que apresente as principais dimensões que compreendem a proposta de desenvolvimento e de que forma podem ser medidas na realidade. Desenvolvimento sustentável é uma proposta, como já discutimos, que só se realiza quando três dimensões, de forma simultânea, são levadas em consideração na formulação da ação: eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social. Mas como posso avaliar se esses componentes estão sendo considerados se não tenho um parâmetro que os avalie de forma articulada?

Existem duas maneiras de se construir um conceito e cada uma delas corresponde a um nível diferente de conceitualização. Uma é indutiva e produz conceitos operatórios isolados e a outra é dedutiva e cria conceitos sistemáticos (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1992). Um conceito operatório isolado *é um conceito construído empiricamente, a partir de observações diretas ou informações reunidas por outros*; o conceito sistêmico, por sua vez, é caracterizado *pelo rigor dedutivo e assenta na lógica das relações entre os elementos de um sistema* (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1992, pp. 124-126).

O conceito operatório isolado e o conceito sistêmico não se distinguem apenas pelo método de construção, indutivo para o primeiro e dedutivo para o segundo, mas também pela qualidade da ruptura com os preconceitos e com a ilusão de transparência. Um conceito operatório isolado é um conceito induzido. É duplamente vulnerável pelo fato de ser construído empiricamente. Para construir o conceito operatório isolado partimos dos

indicadores que o real nos apresenta, selecionamo-los, reagrupamo-los ou combinamo-los. Na construção do conceito sistêmico, o processo é inverso. Começamos por raciocinar a partir de paradigmas desenvolvidos pelos autores mais importantes e cuja eficácia já pôde ser testada empiricamente. Situamos o conceito em relação a outros conceitos e, depois, por meio de deduções em cadeia, isolamos as dimensões, os componentes e os indicadores (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1992, pp. 134-135).

Vale dizer que o conceito operatório isolado não é errado, nem menos eficiente, mas a sustentabilidade de uma ação, ao contrário, pode ser melhor assegurada se for avaliada a partir de um modelo de análise construído sob a lógica do conceito sistêmico. Para dar exemplos simplificados, uma rua pode estar garantindo muito bem a vigilância das crianças e a geração de uma vida pública natural e satisfatória, mas pode estar se dando mal na solução de outros problemas por não estar ligada a uma comunidade mais ampla que, por sua vez, pode ou não existir devido a outros conjuntos de fatores. Dessa forma, a lógica de elaboração de indicadores que orientem a formulação de estratégias eficientes de sustentabilidade exige uma percepção da realidade que vá além da lógica de causas e conseqüências. Pois, para uma mesma causa se pode ter várias conseqüências e vice-versa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Modernidade implica seis processos, discutidos no primeiro capítulo, que estão ligados pelo fato de todos eles favorecerem mais a racionalidade *formal* do que a *substantiva*. Tal processo deu ensejo a um modo de vida no qual há um imperativo dos *meios*. Ou seja, a opção por uma ação *x* em detrimento de uma *y* é motivada pela melhor adequação entre custos e benefícios para consecução de um certo fim. Isso significa que não importa, portanto, se de repente determinado conjunto de crenças seja contrariado em função dos *meios* que o indivíduo escolheu, o que vale é a consecução do fim.. Tal característica, segundo Weber, é em decorrência de que a lógica que permeia a ação de mercado é a mesma que tipifica a relação social da sociedade moderna. Tudo isso gerou um quadro de idéias de valor que estabeleceu novas bases para a relação homem *versus* natureza.

Pois, o bem-estar do homem passa a ser algo continuamente buscado através de novos bens e serviços que melhorem suas condições sociais e de vida. A felicidade humana passa a ser sinônimo de progresso material associado aos mecanismos de ordem científica, tecnológica e industrial. Nesse contexto, a natureza aparece nas ações de concretização desses anseios desempenhando um papel cujo *status* é de fator de cálculo racional para melhoria do bem-estar. O progresso se torna signo de realização do estilo de vida moderno, no qual a conjugação entre a ciência e a técnica se constituem como única forma legítima de se conhecer o mundo e de utilizar a natureza.

Isso nos ficou muito claro quando estudamos que o curso das ações desenvolvimentistas alteraram seu rumo em função de dados que retratavam a não consecução de seus fins de forma plena. Ou seja, o desenvolvimento almejado por meio do progresso, principalmente, das técnicas produtivas, na verdade estava sendo responsável pela geração de uma extrema desigualdade social excluindo do acesso à felicidade – já que esta é medida pelo acúmulo de bens materiais – mais da metade da população da América Latina, assim como o Quadro I no segundo capítulo nos retratou.

No entanto, a nova forma de se pensar o desenvolvimento articulando as dimensões eficiência econômica, prudência ecológica e justiça social – denominado Desenvolvimento Sustentável – acabou tendo seu debate institucionalizado no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente na Eco-92, como discutimos no segundo capítulo. Isso significa que a mesma instituição responsável pelas ações desenvolvimentistas que deram errado, também conseguiu assegurar o significado que deve ser atribuído à nova proposta. Trata-se de um ponto importante, já que não apenas se institucionalizou como também foram estabelecidos os termos em que se deveria dar a institucionalização. Nesse raciocínio, para o Banco Mundial, *Desenvolvimento Sustentável* é o desenvolvimento que dura. Isso quer dizer que deixou de ser o *desenvolvimento* por meio do crescimento econômico simplesmente e passou a ser *desenvolver-se com sustentabilidade*, ou seja, por meio do crescimento econômico aliado à manutenção da qualidade de vida e promoção da qualidade do ambiente dos homens. Na qual, a lógica do mercado é mantida como eixo articulador e

permanece como único ou predominante espaço interativo no qual os atores conseguem construir estruturas de entendimento por meio de significados compartilhados entre si.

A importância disso reside no fato de que o significado atribuído ao desenvolvimento sustentável é assegurado pelo consenso. Ou seja, pela não discussão das diferenças. E o entendimento entre os atores nas negociações é assegurado no mercado, único ou predominante espaço interativo no qual os atores conseguem partilhar significados entre eles. Tal situação tem como importante implicação o fato de que todas as ações que visem o desenvolvimento sustentável vão acabar tendo suas prioridades invertidas em função da lógica de mercado.

Tal situação nos ficou muito clara quando discutimos no terceiro capítulo que as ações que pretendem a viabilização da proposta de desenvolvimento sustentável acabam por esbarrar na inversão de prioridades que o mercado estabelece. Ou seja, se inicialmente, o objetivo maior do Protocolo de Quioto era a redução dos Gases de Efeito Estufa por meio da adoção de certas medidas estabelecidas, os GEE acabam se tornando meio para a concretização de um mercado de carbono cujo papel passa a ser o de minimizar os custos advindos da adesão à cooperação e a adoção as suas medidas. E a justificativa para tal ação é a promoção do desenvolvimento sustentável.

No entanto, no quarto capítulo que apresentamos os projetos MDL e o fundo de fomento do Banco Mundial Fundo Protótipo de Carbono verificamos que há certo descuido ou quase negligência dessas ações que visam a promoção do desenvolvimento sustentável. Quanto a isso, levantamos duas considerações. Uma primeira quanto ao inegável papel que o mercado desempenha, discutido exaustivamente. Uma segunda quanto aos fatores metodológicos utilizados para a avaliação da sustentabilidade das ações.

Diante disso, verificamos o seguinte impasse: o fato do desenvolvimento sustentável ser um

consenso no campo ambiental abre brechas para que o mercado se legitime como único ou predominante espaço interativo no qual os atores conseguem partilhar significados entre eles. Dois caminhos podem ser vislumbrados na solução desse impasse. Um primeiro seria que a introdução da idéia de ética no conceito de desenvolvimento sustentável pode levar a um modelo mais próximo da ação orientada por valores do que por fins racionais. A noção de *responsabilidade de todos* produz acomodação individual, pois *todos dependem de todos* produzindo a idéia de que nada pode ser feito e que a melhor solução é a mais rápida. Desse modo, ao invés de surgir uma *responsabilidade efetiva* por parte dos atores envolvidos, surgem soluções paliativas, como assim se constituem o MDL e o apelo ao consumo de produtos “ecologicamente corretos”. Geram-se benefícios econômicos a alguns grupos, não havendo um compromisso de mudanças estruturais na sociedade, favorecendo as soluções de mercado, de mais curto prazo.

Um segundo caminho seria a elaboração de um modelo de análise que, de fato, seja eficiente na avaliação da sustentabilidade das ações que visam o desenvolvimento sustentável. Mas isso só se faz possível se se abandonar a velha forma de perceber a realidade em termos de causas e conseqüências, fruto do quadro de referência simbólico moderno. Ou seja, se os meios utilizados tiverem o papel de aliar os aspectos ambientais, econômicos e sociais de uma forma que possibilitem avanços e não retrocessos em matéria de sustentabilidade, focando a dimensão da mudança ao longo do tempo e a identificação de tendências e orientações e não de medidas absolutas.

Diante disso, a questão que levantamos é que o contexto de negociações do Protocolo de Quioto é marcado por paradoxos decorrentes do conflito entre duas racionalidades: uma orientada por valores – a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras, como a atmosfera –; outra orientada pela instrumentalidade – o uso dos recursos naturais como matéria-prima para a manutenção do modo de produção capitalista, como o próprio “Mercado de Carbono”. Assim, no caso do

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo no Brasil estas duas racionalidades convergem ou não? E quais são as conseqüências disto para se pensar o desenvolvimento sustentável – racionalidade orientada por valores?

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rubem. **O retorno e terno**. Campinas: Papyrus, 1992.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre Desenvolvimento Mundial**, 2003.
- BAUMER, Franklin L. **O pensamento europeu moderno: séculos XIX e XX**. Lisboa: Edições 70, 1990, Vol. II.
- BOAS, Franz. **Cuestiones fundamentales de antropologia cultural**. Buenos Aires: Solar, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BRONOWSKI, J. **A escalada do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BRÜSEK, Franz Josef. O Problema do desenvolvimento sustentável. In CAVALCANTI, Clóvis (org.) **Desenvolvimento e Natureza. Estudos para uma Sociedade Sustentável**. São Paulo: Cortez. Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p. 29-40.
- CALABRETTA, Steffano. Clube de Roma: os limites do desenvolvimento. In: MASI, Domenico (org.). **A Sociedade pós-industrial**. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 1999, p. 369-379.
- CAMPOS, Christiano Pires de; MUYLAERT, Maria Silvia. **Relatório de Análise do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL – Relatório 2 Parte 2: o MDL no Brasil**. ANEEL, IVIG, MCT, PNUD-FAPERJ, 2000.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção Ecológica**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.
- CASTORIADIS, Cornelius e BENDIT, Daniel Cohn. **Da Ecologia à Autonomia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- CDM & JI Monitor. Disponível em: www.pointcarbon.com acesso em setembro de 2005.

CEPAL. **El regionalismo abierto en America Latina y el Caribe**. Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1994.

COLLIOT-THÉLENE, Catherine. **Max Weber e a história**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1999.

DUPUY, Jean-Pierre. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica**. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

HAECKEL, Ernst Heinrich Philipp August. **A origem do homem**. São Paulo: Global Editora, 1982

HAECKEL, Ernst Heinrich Philipp August. **O monismo: laço entre a religião e a ciência**. Porto: Livraria Lello & Irmão, 1947.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Editora Loyola, 1993.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

KONDER, Leandro. **Kafka**. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1967.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LASCHEFSKI, Klemens. O Comércio de carbono e a industrialização de paisagens: a sustentabilidade geográfica das plantações de eucalipto.. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice Barros (orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais** São Paulo: Autêntica, 2005.

LENOBLE, Robert. **História da idéia de natureza**. Lisboa: Edições 70, 1990.

LOPES, Ignez Vidigal. **O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL: guia de orientação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MATOS, Olgária. **Filosofia a polifonia da razão**. São Paulo: Scipione, 1997.

BRUNDTLAND et al. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1988, 430 p.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA. **Protocolo de Quioto à Convenção sobre a Mudança do Clima**. Disponível em: www.mct.gov.br/clima/negoc/cop7.htm, acesso em abril de 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Efeito Estufa e a Convenção Sobre o Clima**. 1999. Disponível em: www.unfccc.int, acesso em setembro de 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Proposta Revisada de Critérios e Indicadores de Elegibilidade para Avaliação de Projetos Candidatos ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo**. Abril de 2002.

MUYLAERT, Maria Silvia. **Análise dos Acordos Internacionais sobre Mudanças Climáticas sob o ponto de vista do uso o conceito de Ética**. Rio de Janeiro, 2000. 262f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Estratégico). Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPE.

NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 21**. 1992. Disponível em: www.mma.gov.br, acesso em abril de 2005.

NOBRE, Renarde Freire. Racionalidade e tragédia cultural no pensamento de Max Weber. In: **Tempo Social**. v. 12, p. 85-108, nov. 2000.

OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PÁDUA, José Augusto. **Os dois momentos fundadores da política ambiental moderna: oportunidades, dilemas e lições para o presente**. XX Encontro Anual da ANPOCS/GT: Ecologia e Sociedade. Caxambu: 22-26 de outubro de 1996.

PCF. **Projects**. 2005. Disponível em: <http://carbonfinance.org/pcf/Projects>, acesso em junho de 2006.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento. A nova ideologia/utopia do desenvolvimento. In: **Revista de Antropologia**. Brasília: Editora Universidade Brasília, v. 34, 1991, p. 131-169.

SACHS, Wolfgang. Development. The Rise and Decline of an Ideal. In: **Wuppertal Papers**. London, n° 108, August 2000, p. 4-29.

SAFRANSKI, Rüdiger. **Nietzsche – biografia de uma tragédia**. São Paulo: Geração Editorial, 2000, p. 97-119.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

SCHNAPPER, Dominique. **A compreensão sociológica**. Lisboa: Gradiva, 2000.

SERRES, Michael. **Contrato Natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOUZA, Jessé (org.). **A atualidade de Max Weber**. Brasília: Editora UNB, 2000.

SOUZA, Jessé. **Patologias da modernidade – um diálogo entre Habermas e Weber**. São Paulo: Annablume, 1997.

SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

THONNARD, François Joseph. **Compêndio de história da filosofia**. São Paulo: Herder, 1968.

TURNER, Victor. **La Selva de los Símbolos**. Madri: S. XXI, 1980.

VIOLA, Eduardo. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17, nº 50, p. 25-46, 2002.

WALDMA, Maurício. Natureza e sociedade como espaço de cidadania. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.) **História da Cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2003, p. 545-557.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. v. 2. Brasília: Editora UNB, 2000.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. v.1. Brasília: Editora UNB, 2000.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. vol. 2. São Paulo: Cortez, 1992.

WEBER, Max. **Sobre a teoria das Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

WEBER, Max. Teoría de los estadios y direcciones del rechazo religioso del mundo. In: **Ensayos sobre sociología de la religión, I**. Madri: Taurus Ediciones, 1992.

World Bank Infrastructure Group Urban Development. **World Bank Urban and Local Government Strategy – Cities in Transition**. 2000.

World Bank. **World Development Report**. New York, Oxford University Press, vários anos.

ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice Barros Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais. In: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens e PEREIRA, Doralice Barros (orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. São Paulo: Autêntica, 2005.

ZMARAQ Shalizi, Relatório sobre Desenvolvimento Sustentável de 2003 do Banco Mundial.